

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

MANUAL DOS ACIONISTAS

04 de março de 2013

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA.....	03
2. CONVITE	04
3. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	05
4. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	06
5. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.....	06
6. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.....	09
7. PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	10
8. ANEXO A – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA	18
9. ANEXO B – ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)	64
10. ANEXO C – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA	68

MENSAGEM DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA

Prezados Senhores,

Com o objetivo de facilitar e incentivar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual dos Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia Geral”) da AES Tietê S.A (“Companhia”), a ser realizada em 04 de abril de 2013.

Este documento, que contém todas as informações e instruções necessárias para a participação dos acionistas, bem como as orientações para o exercício do direito de voto na respectiva Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi elaborado dentro dos princípios de transparência, equidade e homogeneidade definidos como base para o nosso relacionamento.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecer, participar e expressar suas opiniões na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia.

Atenciosamente,

Rinaldo Pecchio Junior

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONVITE

Aos Senhores Acionistas,

A administração da **AES Tietê S.A.**, vem, por meio desta, convidar V.Sas. a participar e expressar suas opiniões na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 04 de abril de 2013.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, às 13h00, no dia 04 de abril de 2013 para examinar, discutir e votar as seguintes matérias de interesse da Companhia:

- (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012;
- (ii) a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a distribuição de dividendos;
- (iii) eleger 3 (três) membros do Conselho de Administração;
- (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal; e
- (v) fixar o montante da remuneração global anual dos administradores e a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

A Companhia espera que o presente manual ("Manual") seja útil aos senhores acionistas e incentive vossa participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Atenciosamente,

AES Tietê S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Consoante o artigo 132 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a Companhia deve realizar, anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, uma assembleia geral, denominada “Assembleia Geral Ordinária”, para deliberar a respeito das matérias a seguir: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; e (c) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso.

O edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária consta deste Manual e será publicado nas edições de 19, 20 e 21 de março de 2013, no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e nas edições de 19, 20 e 21 de março de 2013, no jornal Valor Econômico.

A assembleia Geral Ordinária somente será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) das ações com direito a voto, conforme artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Caso a Assembleia Geral Ordinária não seja instalada em primeira convocação em razão da inexistência do quorum mínimo de instalação, conforme acima, será realizada uma nova convocação da Assembleia Geral Ordinária, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A Assembleia Geral Ordinária em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, conforme artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Consoante o artigo 131 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia pode realizar assembleia geral, denominada “Assembleia Geral Extraordinária”, para deliberar a respeito das matérias que não sejam de competência exclusiva da assembleia geral ordinária, como a seguir: (a) fixar o montante da remuneração global anual dos administradores e a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

O edital de convocação da assembleia geral extraordinária consta deste Manual e será publicado nas edições de 19, 20 e 21 de março de 2013, no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e nas edições de 19, 20 e 21 de março de 2013, no jornal Valor Econômico.

A Assembleia Geral Extraordinária somente será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) das ações com direito a voto na Assembleia Geral Extraordinária, conforme artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Caso a Assembleia Geral Extraordinária não seja instalada em primeira convocação em razão da inexistência do quorum mínimo de instalação, conforme acima, será realizada uma nova convocação da Assembleia Geral Extraordinária, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A Assembleia Geral Extraordinária em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Extraordinária dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, conforme artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Como a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária discutirá temas de interesse da Companhia e de V.Sas., apenas as pessoas que comprovarem sua qualidade de acionistas - ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável - poderão comparecer e participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme a legislação aplicável, para comprovar a qualidade de acionistas (ou representantes de acionistas) e participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, V.Sas. deverão apresentar os seguintes documentos:

- (i) documento hábil a comprovar sua identidade;
- (ii) comprovante atualizado das ações escriturais de vossa titularidade, expedido pela instituição financeira depositária ou por agente de custódia; e
- (iii) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada da procuração, devidamente regularizada na forma da lei.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ser notariados por Tabelião Público, legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Para facilitar o início dos trabalhos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia recomenda que V. Sas. depositem cópia simples dos documentos acima com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O depósito poderá ser feito por correio ou serviço de courier conforme contato abaixo:

Área de Relações com Investidores

Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939 – 6º andar
Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park
Barueri, SP, Brasil, CEP 06460-040

Ressalta-se que V.Sas. poderão participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, desde que os apresentem na abertura da assembleia geral, em harmonia com o disposto no § 2º do artigo 5º da Instrução Normativa CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (“IN CVM 481/09”).

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A Companhia, com o objetivo de permitir maior compreensão das matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e na convicção que poderão complementar as informações necessárias para a tomada de decisão consciente, informada e refletida de V. Sas., apresenta a Proposta da Administração.

AES TIETÊ S.A.

PROPOSTAS DA DIRETORIA PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Senhores Acionistas:

A Diretoria da **AES Tietê S.A.** (“AES Tietê” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores acionistas a propostas a seguir, a serem deliberadas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia Geral”), a realizar-se em 04 de abril de 2013, observadas a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“LSA”), da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (“IN CVM 481/09”) e do Estatuto Social da Companhia:

1. Destinação dos Resultados da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012

A Diretoria da Companhia submete à apreciação de V. Sas. proposta de destinação dos resultados, face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, no montante total de R\$901.262.803,93, que acrescido de ajuste de (i) avaliação patrimonial, no valor de R\$74.835.351,80; e (ii) dividendos e juros sobre capital próprio prescritos no valor de R\$439.970,84, ainda, tendo em vista que o saldo de reserva legal alcançou o montante de 20% do capital social da Companhia, de forma que nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193 da LSA, perfaz um total a destinar no montante de R\$976.538.126,57.

1.1. Destinação do lucro líquido

O valor dos lucros para distribuição aos acionistas é de R\$976.538.126,57, equivalente a 100% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Descontados os valores já declarados como dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, o valor total a ser declarado como dividendos complementares na Assembleia Geral da Companhia é de R\$181.875.339,99, equivalente a R\$0,455106227 para cada ação ordinária e R\$0,500616850 para cada ação preferencial.

Os dividendos complementares serão pagos em 07 de maio de 2013 aos acionistas titulares de ações da Companhia na data-base de 26 de fevereiro de 2013 e não estarão sujeitos à atualização monetária ou remuneração entre a data de declaração e de efetivo pagamento.

1.2. Valores declarados ao longo do exercício social de 2012

Durante o exercício social de 2012, foram declarados os seguintes proventos:

(i) R\$768.558.811,13, como dividendos intermediários deliberados e aprovados, “ad referendum” da Assembleia Geral, da seguinte forma:

(a) R\$264.037.120,36, equivalente a R\$0,660699453 para cada ação ordinária e R\$0,726769398 para cada ação preferencial, em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de maio de 2012, pagos em 25 de maio de 2012 aos acionistas titulares de ações da Companhia na data-base de 03 de maio de 2012;

(b) R\$250.746.542,89, equivalente a R\$0,627442473 para cada ação ordinária e R\$0,690186720 para cada ação preferencial, em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2012, pagos em 27 de agosto de 2012 aos acionistas titulares de ações da Companhia na data-base de 03 de agosto de 2012;

(c) R\$253.775.147,88, equivalente a R\$0,635020944 para cada ação ordinária e R\$0,698523038 para cada ação preferencial, em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de novembro de 2012, pagos em 22 de novembro de 2012 aos acionistas titulares de ações da Companhia na data-base de 06 de novembro de 2012;

(ii) R\$26.103.975,45, equivalente a R\$0,065319915 para cada ação ordinária e R\$0,071851907 para cada ação preferencial, como juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório, deliberados e aprovados, “ad referendum” da Assembleia Geral, na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2012, a serem pagos até o final do exercício social de 2013, sendo que a efetiva data de pagamento será determinada pela Assembleia Geral da Companhia.

Nesse sentido, submete-se à apreciação da Assembleia Geral da Companhia a proposta de delegação de poderes para a Diretoria fixar a data de pagamento dos juros sobre capital próprio, pagamento esse que deverá ocorrer, necessariamente, até o final do exercício social de 2013.

O valor dos juros sobre o capital próprio não estará sujeito a qualquer atualização monetária ou remuneração correspondente entre a data de sua aprovação pelo Conselho de

Administração e o seu efetivo pagamento aos acionistas titulares de ações da Companhia na data-base de 20 de dezembro de 2012.

1.3. Análise comparativa dos proventos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 em relação ao lucro líquido dos últimos 03 (três) exercícios

O quadro abaixo compara o lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e o lucro líquido dos exercícios anteriores, bem como os valores distribuídos em cada exercício social.

Valores por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia (valores em reais)

Exercício Social		2012	2011	2010	2009
Lucro líquido do exercício	-	901.262.803,93	844.863.980,06	737.339.863,24	780.235.000,00
Lucro para distribuição aos acionistas	-	976.538.126,57	922.173.464,23	862.218.694,51	780.235.676,58
Quantidade de ações em circulação	ON	197.461.211	197.461.211	197.461.211	197.461.211
	PN	183.792.282	183.792.282	183.792.282	183.792.282
	Total	381.253.493	381.253.493	381.253.493	381.253.493
Dividendos intermediários distribuídos	ON	1,923162870	1,598945478	1,570424524	1,591196618
	PN	2,115479157	1,758840026	1,727466976	1,750316279
Juros sobre o capital próprio	ON	0,065319915	0,075224376	0,075224583	0,076790790
	PN	0,071851907	0,082746814	0,082747042	0,084469869
Dividendos complementares propostos	ON	0,455106227	0,633382594	0,511878665	0,284394455
	PN	0,500616850	0,696720853	0,563066531	0,312833901

1.4. Reserva legal

O saldo da reserva legal da Companhia, no valor de R\$41.445.407,76, corresponde a 20% do capital social, ficando a Companhia desobrigada de destinar parcela dos lucros à formação desta reserva, nos termos do artigo 193 da LSA.

1.5. Dividendo Obrigatório

De acordo com o artigo 35, inciso I, alínea “b” do estatuto social da Companhia, o dividendo obrigatório devido aos acionistas equivale a 25% do lucro líquido do exercício apurado pela Companhia, ajustado na forma do artigo 202 da LSA.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o dividendo obrigatório corresponde ao montante de R\$244.134.531,64, sendo R\$0,610897253 por ação ordinária e R\$0,671986978 por ação preferencial.

A Companhia já distribuiu ao longo do exercício social de 2012 dividendos intermediários em montante superior ao dividendo obrigatório. Como tais valores, nos termos do estatuto social da Companhia, foram imputados ao dividendo obrigatório, este foi integralmente pago aos acionistas da Companhia, conforme quadro abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Valores em Reais – R\$</u>
(+) Lucro líquido do exercício	901.262.803,93
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	74.835.351,80
(+) Dividendos prescritos	439.970,84
(=) Lucro a distribuir	976.538.126,57
Dividendos intermediários distribuídos	768.558.811,13
Juros sobre capital próprio declarados	26.103.975,45
Dividendos complementares propostos	181.875.339,99

2. Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Artigo 9º da IN CVM 481/09.

Em complemento: (i) ao relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) à cópia das demonstrações financeiras; (iii) ao parecer dos auditores independentes; (iv) ao parecer do Conselho Fiscal; (v) ao formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP; e (vi) à proposta de destinação dos resultados da Companhia, disponibilizamos aos Acionistas os comentários sobre a situação financeira da Companhia, conforme informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência, no Anexo A da presente Proposta.

3. Eleger 3 (três) membros do Conselho de Administração.

3.1. Indicação de membros ao Conselho de Administração da Companhia

Indicação de 3 (três) membros para composição Conselho de Administração da Companhia, conforme segue:

- o Sr. Arminio Francisco Borjas Herrera como conselheiro de administração efetivo, em substituição ao Sr. Andrew Martin Vesey, que apresentou renúncia em 22 de fevereiro de 2013;
- a Sra. Annmarie Reynolds como conselheira de administração efetiva, em substituição ao Sr. Fernando Agustín Pujals, que apresentou renúncia em 22 de fevereiro de 2013; e
- o Sr. Vicente Javier Giorgio como conselheiro de administração efetivo, em substituição ao Sr. Marco Antonio De La Rosa Ascanio, que apresentou renúncia em 25 de fevereiro de 2013.

Os membros ora indicados tomarão posse nos respectivos cargos no dia 05 de abril de 2013 para o cumprimento do mandato que se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarão acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2013.

3.2 Cumprimento com o disposto no artigo 10 da IN CVM 481/09

Nos termos do artigo 10 da IN CVM 481/09, disponibilizamos aos acionistas as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência no Anexo A da presente proposta.

4. Eleger os membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo voto da maioria dos presentes.

4.1 Composição do Conselho Fiscal da Companhia

Nos termos do § único do artigo 32 do estatuto social da Companhia, o Conselho Fiscal é composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes.

4.2 Candidatos Indicados pela Acionista Controladora

De acordo com o previsto na Cláusula 4.11. Acordo de Acionistas da Companhia Brasileira de Energia, celebrado entre a AES Holdings Brasil Ltda. e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) em 22 de dezembro de 2003, conforme alterado pelo seu primeiro e segundo aditivos, que tem por objeto a definição de regras específicas sobre, entre outras matérias, a indicação de membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia, a BNDESPAR terá o direito de indicar a maioria absoluta dos membros do Conselho Fiscal da Companhia a serem apontados pela acionista controladora na Assembleia Geral, para o mandato que se iniciará em 05 de abril de 2013 e se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarão acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2013.

4.3 Indicação de um ou mais candidatos para compor o Conselho Fiscal

A Companhia recomenda que o acionista ou o grupo de acionistas que deseje indicar um membro ao Conselho Fiscal e respectivo suplente, compareça à Assembleia Geral, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação, currículo profissional completo do candidato e demais informações requeridas no artigo 10 da IN CVM 481/09, observadas as regras e condições de eleição previstas na Lei das Sociedades por Ações, em especial com relação a apresentação da declaração desimpedimento, nos termos do artigo 147 da Lei nº. 6.404/76 e da IN CVM 367/02.

4.4 Voto Separado

Nos termos do § 4º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas titulares de ações preferenciais e os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias poderão eleger 1 (um) membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal cada um.

5. Remuneração global dos membros da administração

Tendo em vista que a Assembleia Geral deliberará sobre a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia, a Diretoria, após atualizar sua pesquisa sobre os valores praticados no mercado para remunerar executivos que integram conselhos de administração e diretorias de companhias abertas, propõe a fixação da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2013 em R\$7.286.791,00.

Ainda, a Diretoria propõe que os membros titulares do Conselho de Administração percebam uma remuneração fixa mensal, independente da quantidade de reuniões que se realizarem no mês de competência (“Honorários Mensais”). No caso de ausência de Conselheiro de Administração titular em uma reunião, o mesmo perceberá 50% (cinquenta por cento) dos Honorários Mensais e, em caso de comparecimento de Conselheiro de Administração suplente a qualquer reunião, em substituição ao seu efetivo, o Conselheiro de Administração suplente perceberá 50% (cinquenta por cento) dos Honorários Mensais. Os Conselheiros de Administração efetivos e suplentes serão reembolsados pelas despesas que incorrerem no desempenho de suas funções.

Nos termos do artigo 12, II, da IN CVM 481/09, disponibilizamos aos Acionistas as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência no Anexo C da presente Proposta.

5. Remuneração dos membros do Conselho Fiscal

Tendo em vista que a Assembleia Geral deliberará sobre a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, a Diretoria da Companhia propõe que para o exercício social de 2013 os membros titulares do Conselho Fiscal percebam uma remuneração fixa mensal no valor de R\$7.000,00, independente da quantidade de reuniões que se realizarem no mês de competência (“Honorários Mensais”). No caso de ausência de Conselheiro Fiscal titular em uma reunião, o mesmo perceberá 50% (cinquenta por cento) dos Honorários Mensais e, em caso de comparecimento de Conselheiro Fiscal suplente a qualquer reunião, em substituição ao seu efetivo, o Conselheiro Fiscal suplente perceberá 50% (cinquenta por cento) dos Honorários Mensais. Os Conselheiros Fiscais efetivos e suplentes serão reembolsados pelas despesas que incorrerem no desempenho de suas funções.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

ANEXOS AO

MANUAL DOS ACIONISTAS

04 de março de 2013



AES TIETÊ S.A.

ANEXO A

COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. Comentários dos Diretores sobre

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que a Companhia apresenta atualmente (e também apresentou nos três últimos exercícios) condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. A diretoria acredita que a Companhia, por meio de uma análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante, possui um capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A dívida líquida da Companhia ao final de 2012 era de R\$ 519,2 milhões, 7,7% superior quando comparada à posição de encerramento de 2011 que era de R\$ 482,3 milhões. A dívida líquida da Companhia ao final de 2011 era 35,1% superior quando comparada à posição de encerramento de 2010. Em 31 de dezembro de 2012, a relação "Dívida Líquida/EBITDA", considerando o EBITDA dos últimos 12 meses, era de 0,3 vezes e também de 0,3 vezes ao final de 2011 e 2010.

O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) foi de 0,73 ao final do exercício de 2012 e 1,25 no final do exercício de 2011 ante 1,45 no final do exercício de 2010.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Os diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis confortáveis de alavancagem. Essa relação em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 eram respectivamente, 18,0%, 24,7% e 28,7%

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros. Em 2010, a Companhia substituiu sua dívida com a Eletrobrás por uma emissão de debêntures, conforme explicitado no item 10.1.f.

O patrimônio líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 era de R\$ 1.981,0 milhão, R\$ 1.954,1 milhão e R\$ 1.808,3 milhão, respectivamente, apresentando variação pouco relevante. Para ambos os períodos, a AES Tietê efetuou a distribuição da totalidade do lucro líquido da Companhia na forma de dividendos e juros sobre capital próprio.

A dívida líquida da Companhia ao final dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 era de R\$ 357,0 milhões, R\$ 482,2 milhões e R\$ 519,2 milhões, respectivamente.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, a Companhia afirma não existir intenção para realização de tal evento e, mesmo que houvesse, o mesmo deveria ser devidamente aprovado pela ANEEL.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2012, o EBITDA da Companhia, acumulado nos últimos 12 meses em base consolidada, foi de R\$ 1.542,4 milhões e as despesas de juros com os empréstimos foi de R\$ 86,4 milhões. Dessa forma, o EBITDA apresentou índice de cobertura de 17,8 vezes em relação às despesas de juros sobre empréstimos no período. O saldo da dívida financeira em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 916,1 milhões e as disponibilidades eram de R\$ 396,9 milhões, logo a dívida líquida da Companhia nesta data era 0,3 vezes seu EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2011, o EBITDA da Companhia, acumulado nos últimos 12 meses em base consolidada, foi de R\$ 1.466,4 milhões e as despesas de juros com os empréstimos foi de R\$ 113,9 milhões. Dessa forma, o EBITDA apresentou índice de cobertura de 12,9 vezes em relação às despesas de juros sobre empréstimos no período. O saldo da dívida financeira em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 924,2 milhões e as disponibilidades eram de R\$ 441,9 milhões, logo a dívida líquida da Companhia nesta data era 0,3 vezes seu EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2010, o EBITDA da Companhia, acumulado nos últimos 12 meses em base consolidada, foi de R\$1.320,5 milhões e as despesas de juros com os empréstimos foi de R\$ 101,5 milhões. Dessa forma, o EBITDA apresentou índice de cobertura de 13,0 vezes em relação às despesas de juros sobre empréstimos no período. O saldo da dívida financeira em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 922,1 milhões e as disponibilidades eram de R\$ 565,1 milhões, logo a dívida líquida da Companhia nesta data era 0,3 vezes seu EBITDA.

A Companhia em 31 de dezembro de 2012, possuía vencimento de dívida no curto prazo no valor de R\$ 316,3 milhões referente à 1ª amortização da 1ª emissão de debêntures da Companhia, esta amortização representará uma pressão significativa sobre o fluxo de caixa da Companhia. A companhia estuda medidas a serem tomadas com objetivo de preservar o fluxo de caixa da Companhia. As demais amortizações ocorrem anualmente em 2014 e 2015.

A tabela abaixo indica a evolução de alguns índices financeiros da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, e a estrutura de capital nos mesmos períodos.

	2012	2011	2010
	R\$ Milhões*		
EBITDA (acumulado nos últimos 12 meses)	1.542,4	1.466,4	1.320,5
Dívida Financeira ¹	916,1	924,2	922,1
Disponibilidades ²	396,9	441,9	565,1
Dívida Líquida ³	519,2	482,2	357,0
Dívida Líquida / EBITDA	0,3	0,3	0,3
Ativo Circulante	664,5	748,4	795,5
Ativo Não Circulante	3.279,9	3.382,4	3.389,5
Ativo Total	3.944,4	4.130,7	4.185,0
Passivo Circulante	905,8	600,5	548,1
Passivo Não Circulante	1.230,2	1.576,2	1.655,9
Passivo circulante + Passivo Não Circulante	2.136,1	2.176,6	2.204,0
Patrimônio Líquido	1.808,3	1.954,1	1.981,0
Passivo Total	3.944,3	4.130,7	4.185,0
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	28,7%	24,7%	18,0%
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Passivo Total	54,2%	52,7%	52,7%

(*) Dados financeiros apresentados de forma consolidada.

(1) *Dívida Financeira: corresponde as linhas de Debêntures, Arrendamento Financeiro e Obrigações com entidade de previdência privada do Passivo Circulante e não Circulante do Balanço Patrimonial de cada período contábil*

(2) *Disponibilidades: correspondem as linhas Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo do Balanço Patrimonial de cada período contábil*

(3) *Dívida Financeira Líquida: é a Dívida Financeira total de um determinado período descontando a disponibilidade e aplicações financeiras do mesmo período, representadas em 2010, 2011 e 2012 pelas linhas Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo do Balanço Patrimonial de cada período contábil.*

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os diretores entendem que a Companhia não necessita de financiamento de capital de giro, pois vem mantendo as disponibilidades em montantes adequados, sendo seu saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 396,9 milhões. Além disso, nossa própria geração de caixa nos permite investimentos em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Tendo em vista a análise das projeções financeiras, os diretores entendem que não há necessidade da Companhia captar recursos para capital de giro no momento. Para investimentos em ativos não-circulantes, como os projetos citados no item 10.10 (a), a AES Tietê buscará financiamentos com caráter de longo prazo, incluindo BNDES e outros instrumentos de longo prazo disponíveis no mercado nacional e internacional, tais como Debêntures, Cédulas de Créditos Bancários e Instituições de Fomento.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As obrigações totais da Companhia, que contemplam o somatório do Passivo Circulante e Não Circulante totalizaram R\$ 2.136,1 milhões em 2012, R\$ 2.176,6 milhões em 2011 e R\$2.204,0 milhões em 2010, e estão representadas nos itens 3.7 e 3.8 deste Formulário de Referência de forma resumida.

Deste montante, R\$ 1.220,0 milhão, R\$ 1.252,5 milhão e R\$ 1.281,9 milhão em 2012, 2011 e, 2010, respectivamente, tratam de obrigações da Companhia referente às suas operações e não podem ser caracterizados como contratos de empréstimo e financiamento.

Em 2012, a composição deste valor correspondeu a R\$ 589,2milhões no passivo circulante e R\$ 630,7 milhões no passivo não circulante, enquanto que em 2011 o valor correspondeu a R\$ 574,7 milhões no passivo circulante e R\$ 677,7 milhões no passivo não circulante, e em 2010 o valor correspondeu à R\$ 522,1 milhões no passivo circulante e à R\$ 759,8 milhões no passivo não circulante.. Os outros R\$ 916,1 milhões, R\$ 924,2 milhões, e R\$ 922,1 milhões em 2012, 2011 e 2010, respectivamente, estão relacionados à dívida financeira da Companhia

Em maio de 2010 houve a troca da dívida da Eletrobrás pela 1ª emissão de debêntures, com vencimento final em 1 de abril de 2015.

A tabela a seguir demonstra a evolução da dívida financeira consolidada da Companhia nas respectivas datas:

R\$ Milhões	2012	2011	2010	Vencimento	Indexador	Spread
Eletrobrás	-	-	-	mai/13	IGP-M	10,0% a.a.
Debêntures - 1a Emissão	915,6	924,2	922,1	abr/15	CDI	1,2% a.a.
Arrendamento Financeiro	0,5	0,5	0,4	Diversos	Diversos	Diversos
Total	916,1	924,7	922,5	-	-	-

Principais contratos relacionados ao endividamento da Companhia

A Companhia possui o seguinte contrato relacionado ao seu endividamento, o qual se está descrito abaixo.

a. Eletrobrás

Em junho de 1999 houve a privatização e a Companhia herdou da Cesp parte da dívida com a Eletrobrás, dívida referente ao repasse de energia de Itaipu.

A dívida possuía um custo de 10% a.a. e correção anual por IGP-M. Essa dívida foi quitada em maio de 2010 com os recursos obtidos através da 1ª emissão de debêntures.

b. 1ª Emissão de Debêntures

Em maio de 2010 houve a troca da dívida da Eletrobrás pela 1ª emissão de debêntures. Os recursos da emissão foram utilizados integralmente para pagamento da dívida existente com a Eletrobrás. Foram emitidas 90 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, com valor nominal de R\$10 mil, no valor total de R\$ 900 milhões, com data de emissão em 01 de abril de 2010. As debêntures rendem juros, correspondentes a 100,0% da variação da Taxa DI, capitalizada de um *spread* de 1,20% ao ano. O vencimento das debêntures é 1 de abril de 2015. Esta debênture impõe à Companhia o dever de manter determinados índices financeiros (*covenants*): manutenção, até o vencimento das debêntures, e desde que haja debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites: (i) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira pelo EBITDA não poderá ser igual ou superior a 2,5 e (ii) o índice obtido da divisão entre EBITDA pelas Despesas Financeiras não poderá ser igual ou inferior a 1,75.

Além disso, há restrições em relação à alteração do controle acionário da Companhia que não resulte na AES Corporation ou no BNDES, ou ambos, como controladores (diretos ou indiretos) da Companhia, entre outras usuais para instrumentos dessa natureza, conforme descritas no item 18.5. deste Formulário de Referência.

A Companhia está em pleno cumprimento de todas as obrigações (*covenants*) estabelecidas nos contratos mencionados neste subitem 10.1(f). Em 31 de dezembro de 2012 (acumulado 12 meses), a Companhia apresentou os seguintes índices: (i) Dívida Financeira pelo EBITDA: 0,60 e (ii) EBITDA pelas Despesas Financeiras: 16,33.

c. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de financiamento já contratados.

d. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações significativas ocorridas nos principais itens das Demonstrações dos Resultados, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Balanço Patrimonial estão explicadas a seguir. Em função do arredondamento em milhões, alguns itens podem não perfazer precisamente o montante divulgado nas Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A tabela abaixo mostra informações extraídas das Demonstrações dos Resultados Consolidados da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, com análise horizontal e vertical.

Demonstrações dos Resultados Consolidados Em R\$ milhões	2012			2011			2010	
	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.112,4	100,0%	12,0%	1.886,0	100,0%	7,5%	1.754,3	100,0%
CUSTOS OPERACIONAIS								
<i>Custo com Energia Elétrica</i>								
Energia elétrica comprada para revenda	(196,6)	-9,3%	136,6%	(83,1)	-4,4%	-10,6%	(93,0)	-5,3%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(107,3)	-5,1%	9,0%	(98,4)	-5,2%	6,4%	(92,5)	-5,3%
Taxa de Fiscalização	(5,6)	-0,3%	9,8%	(5,1)	-0,3%	6,3%	(4,8)	-0,3%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(68,4)	-3,2%	7,4%	(63,7)	-3,4%	4,6%	(60,9)	-3,5%
<i>Custo de Operação</i>								
Pessoal e Administradores	(75,8)	-3,6%	9,4%	(69,3)	-3,7%	3,1%	(67,2)	-3,8%
Entidade de previdência privada	(2,2)	-0,1%	10,0%	(2,0)	-0,1%	5,3%	(1,9)	-0,1%
Serviços de terceiros	(86,7)	-4,1%	26,4%	(68,6)	-3,6%	-5,8%	(72,8)	-4,1%
Material	(4,5)	-0,2%	-27,4%	(6,2)	-0,3%	8,8%	(5,7)	-0,3%
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	0,1	0,0%	-200,0%	(0,1)	0,0%	-101,6%	6,2	0,4%
Provisão/Reversão para processos judiciais e outros	(1,9)	-0,1%	-2000,0%	0,1	0,0%	-100,9%	(10,8)	-0,6%
Provisão/Reversão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	-	0,0%	N/A	-	0,0%	-100,0%	(3,0)	-0,2%
Depreciação e amortização	(162,6)	-7,7%	-0,9%	(164,1)	-8,7%	-2,7%	(168,6)	-9,6%
Outras receitas e custos	(21,1)	-1,0%	-8,7%	(23,1)	-1,2%	-15,7%	(27,4)	-1,6%
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(732,6)	-34,7%	25,5%	(583,6)	-30,9%	-3,1%	(602,4)	-34,3%
RESULTADO DO SERVIÇO	1.379,8	65,3%	5,9%	1.302,4	69,1%	13,1%	1.151,9	65,7%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	34,1	1,6%	-36,9%	54,0	2,9%	-37,6%	86,5	4,9%
Despesas financeiras	(75,9)	-3,6%	-20,5%	(95,5)	-5,1%	-12,3%	(108,9)	-6,2%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(0,5)	0,0%	-90,2%	(5,1)	-0,3%	-85,3%	(34,7)	-2,0%
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(42,3)	-2,0%	-9,2%	(46,6)	-2,5%	-18,4%	(57,1)	-3,3%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.337,5	63,3%	6,5%	1.255,8	66,6%	14,7%	1.094,8	62,4%
Contribuição social	(125,6)	-5,9%	6,1%	(118,4)	-6,3%	12,9%	(104,9)	-6,0%
Imposto de renda	(336,8)	-15,9%	6,1%	(317,5)	-16,8%	12,9%	(281,1)	-16,0%
Contribuição social diferida	7,0	0,3%	4,5%	6,7	0,4%	-11,8%	7,6	0,4%
Imposto de renda diferido	19,2	0,9%	4,9%	18,3	1,0%	-12,4%	20,9	1,2%
TOTAL DOS TRIBUTOS	(436,2)	-20,6%	6,2%	(410,9)	-21,8%	14,9%	(357,5)	-20,4%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	901,3	42,7%	6,7%	844,9	44,8%	14,6%	737,3	42,0%

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIACIONES: 31 DE DEZEMBRO DE 2012 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta relativa ao suprimento de energia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 2.228,8 milhões, representando um aumento de 12,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve receita operacional bruta relativa ao suprimento e transporte de energia de R\$ 1.983,8 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação deve-se ao: (i) aumento de 6,4% no preço médio da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, que passou de R\$ 167,29/MWh em 2011 para R\$ 178,01/MWh em 2012 (preços médios praticados nos exercícios referidos), refletindo os reajustes ocorridos em julho de 2011

(8,65%) e em julho de 2012 (5,14%); (ii) ao maior volume de energia vendida no MRE e ao maior preço praticado no mercado Spot; e (iii) aumento de 11,1% no volume de energia vendida através dos outros contratos bilaterais (615,1 GWh em 2012 ante 553,9 GWh em 2011).

Deduções da receita operacional bruta

As deduções da receita operacional bruta relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 116,4 milhões, representando um aumento de 19,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando as deduções da receita operacional bruta somaram R\$ 97,8 milhões. Os diretores da Companhia entendem que a variação positiva (19,0%), superior à verificada na receita bruta (12,4%), é explicada pela maior participação das receitas provenientes de outros contratos bilaterais, para as quais as alíquotas de PIS e COFINS são mais altas. A alíquota aplicada ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo) enquanto que para as demais receitas da Companhia a alíquota é de 9,25% (regime não cumulativo).

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 2.112,4 milhões, representando um aumento de 12,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve receita operacional líquida de R\$ 1.886,0 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente devido aos reajustes do preço da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, ao aumento do volume de energia vendida no MRE e maiores preços praticados no mercado Spot e ao aumento de volume de energia vendida por meio de outros contratos bilaterais. O aumento das receitas foi parcialmente compensado com as deduções da receita, especialmente relacionadas ao PIS e COFINS.

CUSTOS OPERACIONAIS: CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E CUSTOS DE OPERAÇÃO

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

As despesas de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 68,4 milhões representando um aumento de 7,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 63,7 milhões. Os diretores da Companhia entendem que este aumento deve-se principalmente pelo maior volume de energia gerada (14.269,6 GWh em 2012 ante 13.860,7 GWh em 2011) e pelo reajuste da Tarifa Atualizada de Referência - TAR em 6,6%, que foi fixada em R\$ 72,87/MWh a partir de janeiro de 2012.

Energia elétrica comprada para revenda

Os custos de energia elétrica comprada para revenda para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 196,6 milhões representando um aumento de 136,6% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 83,1 milhões. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é justificado principalmente pelos maiores preços médios observados no mercado spot (R\$ 166,64/MWh em 2012 comparado a R\$ 29,55/MWh em 2011) e também pelo maior volume de energia comprada (2.945,3 GWh em 2012 ante 1.581,4 GWh em 2011).

Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão

As despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 107,3 milhões representando um aumento de 9,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 98,4 milhões. Os diretores da Companhia entendem que este aumento deve-se basicamente aos reajustes de 9,1% na TUSD-g, ocorridos entre os meses de fevereiro e agosto, e de 1,8% na TUST-rb (usina de Água Vermelha) ocorrido em julho/2012.

Pessoal e administradores

As despesas com pessoal e administradores para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 75,8 milhões representando um aumento de 9,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 69,3 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente devido ao reajuste de 6,55% estabelecido no acordo coletivo 2012/2013.

Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 86,7 milhões representando um aumento de 26,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 68,6 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é explicada principalmente devido às maiores despesas com manutenção bianual das eclusas de usinas (Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava), maiores gastos com consultoria para análises de viabilidade de projetos de expansão dos negócios e maiores despesas com honorários advocatícios.

Material

As despesas com materiais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 4,5 milhões representando uma redução de 27,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 6,2 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta redução foi ocasionada pelos menores gastos com materiais e peças, principalmente para uso e consumo na construção civil.

Provisão/Reversão para processos judiciais e outros

O saldo da conta de provisão/reversão para processos judiciais e outros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi uma despesa de R\$ 1,9 milhões representando uma redução de R\$ 2,0 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou uma receita de R\$ 0,1 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente pelas maiores reversões de processos trabalhistas ocorridas em 2011, além das atualizações monetárias sobre processos cíveis que contribuíram para esta redução do saldo em 2012.

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 162,6 milhões representando uma redução de 0,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 164,1 milhões. Os diretores da Companhia entendem que o registro da depreciação

manteve-se praticamente estável em relação ao ano anterior, sendo a ligeira redução do saldo explicada pelas novas taxas de depreciação a partir de janeiro de 2012.

Outras receitas e custos

O saldo da conta de outras receitas e custos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi uma despesa R\$ 21,1 milhões representando uma redução de 8,7% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia atingiu uma despesa de R\$ 23,1 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta redução foi favorecida pelas receitas não recorrentes incorridas em 2012: (i) na alienação do investimento na AES Minas no montante de R\$ 10,0 milhões; (ii) no recebimento de indenização de seguro referente a sinistro ocorrido na Usina de Nova Avanhandava no montante de R\$ 5,2 milhões; compensados parcialmente: (iii) pelas maiores despesas com seguros em R\$1,8 milhão, (iv) pelas perdas incorridas na baixa de ativos no montante de R\$5,4 milhões; e (v) pelo efeito não recorrente dos ganhos reconhecidos em 2011 no montante de R\$ 4,5 milhões referente ao repasse de perdas de energia livre, conforme recálculo efetuado pela ANEEL.

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

As receitas financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 34,1 milhões, representando uma redução de 36,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve receitas financeiras de R\$ 54,0 milhões. Esta redução é explicada basicamente pela menor receita sobre aplicações financeiras reconhecida, ocasionada pelo menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 385,5 milhões em 2012 ante R\$ 435,9 milhões em 2011) e pela redução do CDI médio (8,4% a.a em 2012 ante 11,7% a.a em 2011).

Despesas financeiras

As despesas financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 75,9 milhões, representando uma redução de 20,5% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve despesas financeiras de R\$ 95,5 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta redução ocorreu principalmente pelos menores encargos de dívidas reconhecidos em 2012 (redução de R\$ 27,5 milhões) devido à redução do CDI médio, compensados parcialmente pelo montante inferior em R\$ 8,6 milhões, em relação ao ano anterior, de juros capitalizados no ativo imobilizado.

Variações monetárias e cambiais, líquidas

As variações monetárias e cambiais, líquidas, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram uma despesa de R\$ 0,5 milhão, representando uma redução de 90,2% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia atingiu despesa de R\$ 5,1 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta redução significativa se deve basicamente à correção do saldo referente aos encargos da TUSD-G, os quais foram reconhecidos até dezembro de 2011, quando a Companhia quitou o acordo firmado entre geradoras, ANEEL e distribuidoras, gerando efeito positivo de R\$4,3 milhões no saldo desta conta em 2012.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A despesa com imposto de renda e contribuição social para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 436,2 milhões, representando um aumento de 6,2% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 410,9 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente devido ao aumento de 6,5% do resultado antes dos tributos da Companhia.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 901,3 milhões, representando um aumento de 6,7% ou R\$ 56,4 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia teve um lucro líquido de R\$ 844,9 milhões. Os diretores da Companhia destacam que este aumento foi impulsionado primordialmente pela evolução da receita operacional líquida em R\$ 226,4 milhões, compensada parcialmente pelos maiores custos com energia comprada e encargos de transmissão e conexão em R\$ 122,4 milhões, maiores despesas com serviços de terceiros em R\$ 18,1 milhões e maiores despesas com imposto de renda e contribuição social em R\$ 25,3 milhões.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES: 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta relativa ao suprimento de energia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1.983,8 milhões, representando um aumento de 7,6% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve receita operacional bruta relativa ao suprimento e transporte de energia de R\$ 1.844,5 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação deve-se ao: (i) aumento de 7,4% no preço médio da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, que passou de R\$ 155,79/MWh em 2010 para R\$ 167,29/MWh em 2011 (preços médios praticados nos exercícios referidos), refletindo os reajustes ocorridos em julho de 2010 (5,2%) e em julho de 2011 (8,7%) e; (ii) aumento de 83,9% no volume de energia vendida através dos outros contratos bilaterais (553,9 GWh em 2011 ante 301,2 GWh em 2010).

Deduções da receita operacional bruta

As deduções da receita operacional bruta relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 97,8 milhões, representando um aumento de 8,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando as deduções da receita operacional bruta somaram R\$ 90,2 milhões. Os diretores da Companhia entendem que a variação positiva de 8,4%, superior à verificada na receita bruta (7,6%), é explicada pela maior participação das receitas incidentes à alíquota de PIS e COFINS mais altas. A alíquota aplicada ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo) enquanto que para as demais receitas da Companhia a alíquota é de 9,25% (regime não cumulativo).

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1.886,0 milhões, representando um aumento de 7,5% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve receita

operacional líquida de R\$ 1.754,3 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente devido aos reajustes do preço da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo e ao aumento do volume de energia vendida através de outros contratos bilaterais.

CUSTOS OPERACIONAIS: CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E CUSTOS DE OPERAÇÃO

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

As despesas com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 63,7 milhões representando um aumento de 4,6% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 60,9 milhões. Os diretores da Companhia entendem que este aumento deve-se principalmente pelo reajuste de 5,6% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que foi fixada em R\$ 68,34/MWh a partir de janeiro de 2011, parcialmente compensado pela ligeira redução do volume de energia gerada (13.860,7 GWh em 2011 ante 14.005,6 GWh em 2010).

Energia elétrica comprada para revenda

Os custos de energia elétrica comprada para revenda para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 83,1 milhões representando uma redução de 10,6% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 93,0 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é justificada principalmente pelos menores preços médios observados no mercado spot (R\$ 29,55/MWh em 2011 comparado a R\$ 70,24/MWh em 2010), fator que foi parcialmente compensado pelo maior volume de energia comprada (1.569,0 GWh em 2011 ante 966,0 GWh em 2010).

Encargos de uso do sistema de transmissão e conexão

As despesas com encargos de uso do sistema de transmissão e conexão para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 98,4 milhões representando um aumento de 6,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 92,5 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa alta deve-se basicamente aos reajustes nos encargos de conexão, TUSD-g e TUST-rb das usinas da Companhia.

Pessoal e administradores

As despesas com pessoal e administradores para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 69,3 milhões representando um aumento de 3,1% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 67,2 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente devido ao aumento de R\$ 4,5 milhões relacionados a despesas com salários, benefícios e provisões de férias e participações nos lucros. Tal variação foi influenciada pelo dissídio de 5%, válido desde junho/2011 e complementado em 3,15% em dezembro/2011, parcialmente compensado por uma reestruturação organizacional realizada pela Companhia no final de 2010 e início de 2011.

Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 68,6 milhões representando uma redução de 5,8% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 72,8 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é explicada pela diminuição dos gastos com: (i) manutenção bi-anual das eclusas e foram realizadas somente em 2010; (ii) o projeto de reflorestamento (R\$ 3,2 milhões), devido a um elevado número de licenças ambientais para manejo das áreas obtidas no final de 2010.

Material

As despesas com materiais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 6,2 milhões representando um aumento de 8,8% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 5,7 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é explicada principalmente pela maior aquisição de materiais de uso e consumo na construção civil, reconhecidos diretamente no resultado.

Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa

O saldo da conta de PCLD (Provisão para créditos de liquidação duvidosa) foi revertido no valor de R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, em virtude do recebimento parcial do valor devido pela massa falida do Banco Santos, justificando a redução de 101,6%, chegando-se ao saldo de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2011.

Provisão/Reversão para processos judiciais e outros

O saldo da conta de provisão/reversão para processos judiciais e outros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi uma receita de R\$ 0,1 milhão representando uma

redução de 100,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia apresentou uma despesa de R\$ 10,8 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação significativa se deve ao fato de a Companhia ter revertido o montante de R\$ 3,7 milhões referente a multa e juros sobre o Despacho ANEEL nº 288, após concluir que o valor da provisão está sujeito somente a atualização monetária. Houve, também, redução na provisão relacionada aos processos trabalhistas.

Provisão/Reversão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos

Os diretores da Companhia entendem que a redução observada de 100% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2010 se deve à baixa de R\$ 3,0 milhões remanescentes do ativo intangível da controlada Rio PCH Ltda, devido a baixa probabilidade de retorno do Projeto Piabanha.

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 164,1 milhões representando uma redução de 2,7% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 168,6 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é explicada pela baixa de ativos, principalmente devido à reforma e modernização de algumas unidades geradoras em 2011. Esses ativos foram classificados como imobilizado em andamento apenas durante o processo modernização e retornam para a conta de ativo já com sua vida útil estendida ao final desse processo.

Outras receitas e custos

O saldo da conta de outras receitas e custos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 23,1 milhões representando uma redução de 15,7% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia atingiu uma despesa de R\$ 27,4 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é explicada principalmente por perdas na desativação de bens e direitos ocorridas em 2010.

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

As receitas financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 54,0 milhões, representando uma redução de 37,6% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve receitas financeiras de R\$ 86,5 milhões. Esta variação deve-se ao recebimento, no 1T10, de R\$ 27,7 milhões referentes a juros e multas envolvidos na discussão judicial entre Furnas e a Companhia. Os diretores da Companhia

entendem que o decréscimo registrado em 2011 resulta do menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 435,9 milhões em 2011 ante R\$ 580,9 milhões em 2010), parcialmente compensado pelo crescimento do CDI médio (11,7% a.a. em 2011 comparado a 9,8% a.a. em 2010).

Despesas financeiras

As despesas financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 95,5 milhões, representando uma redução de 12,3% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve despesas financeiras de R\$ 108,9 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta redução ocorreu principalmente em função do efeito positivo da capitalização dos custos de empréstimos incorridos na aquisição ou formação de ativo imobilizado no montante R\$ 20,8 milhões em 2011.

Variações monetárias e cambiais, líquidas

As variações monetárias e cambiais, líquidas, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 constituíram uma despesa de R\$ 5,1 milhões, representando uma redução de 85,3% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia atingiu despesa de R\$ 34,7 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta redução significativa se deve a variação monetária reconhecida até maio de 2010 no montante de R\$ 33,4 milhões, quando a Companhia quitou sua dívida com a Eletrobrás.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A despesa com imposto de renda e contribuição social para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 410,9 milhões, representando um aumento de 14,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve uma despesa de R\$ 357,5 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente devido ao aumento de 14,7% do resultado antes dos tributos da Companhia.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 844,9 milhões, representando um aumento de 14,6% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando a Companhia teve um lucro líquido de R\$ 737,3 milhões. Os diretores da Companhia entendem que o resultado atingido é decorrente principalmente do reajuste no preço da energia vendida à AES Eletropaulo e pelo aumento no volume de energia vendida através de outros contratos bilaterais, que aliados às reduções observadas dos custos operacionais e melhora no resultado financeiro, contribuíram para o aumento do lucro líquido em R\$ 107,6 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela abaixo mostra informações extraídas das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. Nesta estão apresentados os principais itens que impactaram as respectivas atividades e desta forma o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados					
Em R\$ milhões	2012	2011	2010	AH (%) 2012 x 2011	AH (%) 2011 x 2010
Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.117,2	933,4	917,6	19,7%	1,7%
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(21,2)	(16,2)	(49,2)	30,9%	-67,1%
Adições de ativo imobilizado e intangível	(143,0)	(175,2)	(81,5)	-18,4%	115,0%
Aplicações em investimento de curto prazo	(1.680,7)	(1.152,3)	(2.201,9)	45,9%	-47,7%
Resgates de investimento de curto prazo	1.746,9	1.311,2	2.236,7	33,2%	-41,4%
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	33,1	0,1	(2,5)	N/A	-104,0%
Alienação de investimentos	20,3	-	-	N/A	N/A
Saída do caixa da AES Minas - Atividades de investimento	2,2	-	-	N/A	N/A
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(1.051,2)	(873,2)	(875,4)	20,4%	-0,3%
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	-	-	900,0	N/A	-100,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.046,8)	(868,8)	(767,1)	20,5%	13,3%
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	(4,2)	(4,2)	(4,3)	0,0%	-2,3%
Pagamento de empréstimos	-	-	(999,2)	N/A	-100,0%
Custo de empréstimos	-	-	(4,8)	N/A	-100,0%
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(0,2)	(0,2)	-	-16,3%	N/A
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	44,8	44,0	(7,0)		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	44,5	0,5	7,5		
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	89,3	44,5	0,5		

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES: EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

O aumento de 19,7% do caixa gerado nas atividades operacionais deve-se basicamente aos recebimentos referentes a venda de energia para a AES Eletropaulo cujo reajuste de preço ocorre anualmente, aos recebimentos referentes venda de energia por meio de outros contratos bilaterais e aos menores pagamentos de encargos de dívidas, parcialmente compensados pelo maior pagamento de impostos (imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS) e maiores pagamentos de energia comprada e encargos de transmissão e conexão.

A redução de 30,9% do caixa gerado nas atividades de investimento deve-se basicamente à movimentação líquida de investimentos de curto prazo que apresentou consumo de caixa devido às maiores aplicações no exercício, parcialmente compensados por menores investimentos em ativos imobilizados, por maiores resgates de cauções e depósitos vinculados e pelo recebimento decorrente da alienação do investimento na AES Minas.

A redução de 20,4% do caixa gerado nas atividades de financiamento deve-se basicamente aos maiores montantes pagos como dividendos e juros sobre capital próprio durante o exercício de 2012.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES: EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 1,7% do caixa gerado nas atividades operacionais deve-se basicamente aos recebimentos referente a venda de energia para a AES Eletropaulo cujo reajuste de preço ocorre anualmente, menor pagamento de imposto de renda e contribuição social, parcialmente compensados pelo aumento do pagamento de encargos de dívida e o evento não recorrente de 2010 referente ao recebimento do processo judicial de Furnas. Também contribuíram negativamente o aumento de pagamento de PIS e COFINS e Pesquisa e Desenvolvimento, refletidos pelo aumento na receita no exercício de 2011.

Os diretores entendem que a redução de 67,1% do caixa gerado nas atividades de investimento deve-se basicamente à movimentação líquida de investimentos de curto prazo que apresentou aumento de caixa devido aos resgates, parcialmente compensados por maiores investimentos em ativos imobilizados.

Os diretores entendem que o aumento de 0,3% do caixa gerado nas atividades de financiamento deve-se basicamente pelo pagamento de empréstimo com a Eletrobrás com os recursos oriundos da emissão de debêntures, sendo ambos eventos ocorridos em 2010. Em contrapartida, a Companhia pagou um montante superior de dividendos e juros sobre capital próprio.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

As tabelas abaixo indicam as variações nas contas patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, com análise vertical e horizontal.

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (EM R\$ MILHÕES)	2012			2011			2010	
	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	89,3	2,3%	100,7%	44,5	1,1%	N/A	0,5	0,0%
Investimentos de curto prazo	307,6	7,8%	-22,6%	397,4	9,6%	-29,6%	564,6	13,5%
Consumidores e revendedores	27,6	0,7%	-16,6%	33,1	0,8%	58,4%	20,9	0,5%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9,1	0,2%	-51,1%	18,6	0,5%	66,1%	11,2	0,3%
Outros tributos compensáveis	2,6	0,1%	-38,1%	4,2	0,1%	-4,5%	4,4	0,1%
Devedores diversos	0,6	0,0%	-68,4%	1,9	0,0%	171,4%	0,7	0,0%
Contas a receber de partes relacionadas	204,8	5,2%	-13,7%	237,3	5,7%	31,0%	181,2	4,3%
Outros créditos	20,5	0,5%	109,2%	9,8	0,2%	-7,5%	10,6	0,3%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	0,0%	-100,0%	(0,2)	0,0%	100,0%	(0,1)	0,0%
Despesas pagas antecipadamente	2,4	0,1%	33,3%	1,8	0,0%	20,0%	1,5	0,0%
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	664,5	16,8%	-11,2%	748,4	18,1%	-5,9%	795,5	19,0%
NÃO CIRCULANTE								
Outros tributos compensáveis	0,8	0,0%	0,0%	0,8	0,0%	700,0%	0,1	0,0%
Tributos a recuperar	99,1	2,5%	-9,4%	109,4	2,6%	-9,1%	120,3	2,9%
Cauções e depósitos vinculados	6,9	0,2%	-89,7%	66,8	1,6%	4,9%	63,7	1,5%
Outros créditos	14,3	0,4%	-2,1%	14,6	0,4%	-21,9%	18,7	0,4%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14,4)	-0,4%	-1,4%	(14,6)	-0,4%	0,0%	(14,6)	-0,3%
Imobilizado, líquido	3.122,3	79,2%	-1,1%	3.155,6	76,4%	0,2%	3.149,6	75,3%
Intangível	50,8	1,3%	2,2%	49,7	1,2%	-3,9%	51,7	1,2%
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.279,8	83,2%	-3,0%	3.382,3	81,9%	-0,2%	3.389,5	81,0%
TOTAL DO ATIVO	3.944,3	100,0%	-4,5%	4.130,7	100,0%	-1,3%	4.185,0	100,0%

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (EM R\$ MILHÕES)	2012			2011			2010	
	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)
CIRCULANTE								
Fornecedores	116,2	2,9%	72,7%	67,3	1,6%	-46,4%	125,5	3,0%
Debêntures	316,3	8,0%	1140,4%	25,5	0,6%	-1,2%	25,8	0,6%
Arrendamento financeiro	0,3	0,0%	50,0%	0,2	0,0%	0,0%	0,2	0,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	389,6	9,9%	4,3%	373,5	9,0%	20,8%	309,2	7,4%
Outros tributos a pagar	8,2	0,2%	-26,8%	11,2	0,3%	36,6%	8,2	0,2%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24,7	0,6%	-10,8%	27,7	0,7%	-3,8%	28,8	0,7%
Obrigações estimadas	17,4	0,4%	10,1%	15,8	0,4%	32,8%	11,9	0,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	1,5	0,0%	7,1%	1,4	0,0%	7,7%	1,3	0,0%
Provisões para processos judiciais e outros	8,8	0,2%	-83,6%	53,7	1,3%	995,9%	4,9	0,1%
Pesquisa e desenvolvimento	12,3	0,3%	10,8%	11,1	0,3%	-52,4%	23,3	0,6%
Outras obrigações	10,5	0,3%	-19,8%	13,1	0,3%	45,6%	9,0	0,2%
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	905,8	23,0%	50,8%	600,5	14,5%	9,6%	548,1	13,1%
NÃO CIRCULANTE								
Debêntures	599,3	15,2%	-33,3%	898,2	21,7%	N/A	0,2	0,0%
Arrendamento financeiro	0,2	0,0%	0,0%	0,2	0,0%	-100,0%	895,9	21,4%
Tributos e contribuições sociais diferidos	582,9	14,8%	-5,9%	619,4	15,0%	-5,5%	655,3	15,7%
Provisões para processos judiciais e outros	46,3	1,2%	-1,7%	47,1	1,1%	-50,8%	95,7	2,3%
Pesquisa e desenvolvimento	0,8	0,0%	-92,4%	10,5	0,3%	29,6%	8,1	0,2%
Obrigações estimadas	0,7	0,0%	16,7%	0,6	0,0%	0,0%	0,6	0,0%
Outras obrigações	-	0,0%	-100,0%	0,1	0,0%	0,0%	0,1	0,0%
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.230,2	31,2%	-21,9%	1.576,1	38,2%	-4,8%	1.655,9	39,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social subscrito e integralizado	207,2	5,3%	0,0%	207,2	5,0%	0,0%	207,2	5,0%
Reserva de capital	253,8	6,4%	0,1%	253,6	6,1%	0,0%	253,5	6,1%
Reserva lucros - Legal	41,4	1,0%	0,0%	41,4	1,0%	0,0%	41,4	1,0%
Proposta de distribuição de dividendos adicional	181,9	4,6%	-28,1%	253,1	6,1%	23,7%	204,6	4,9%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.124,0	28,5%	-6,2%	1.198,8	29,0%	-5,9%	1.274,3	30,4%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.808,3	45,8%	-7,5%	1.954,1	47,3%	-1,4%	1.981,0	47,3%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.944,3	100,0%	-4,5%	4.130,7	100,0%	-1,3%	4.185,0	100,0%

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES: 31 DE DEZEMBRO DE 2012 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo desta conta passou de R\$ 44,5 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 89,3 milhões, na mesma data de 2012. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 100,7% se deve principalmente pelo caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 1.117,2 milhões. Em compensação, as atividades de investimento consumiram caixa no montante de R\$ 21,2 milhões, basicamente pelas aquisições de ativo imobilizado e intangível em R\$ 143,0 milhões (investimentos em manutenção e modernização de unidades geradoras), e as atividades de financiamento consumiram caixa de R\$ 1.051,2 milhões, basicamente pelos pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio no exercício de 2012.

Investimentos de curto prazo

O saldo desta conta passou de R\$ 397,4 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 307,6 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 22,6%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é explicada pelos resgates realizados durante o ano no montante de R\$ 1.781,5 milhões, pela saída do caixa da AES Minas em agosto de 2012 no montante de R\$ 4,2 milhões e por outras movimentações (IRRF e caixa restrito) no montante de R\$ 15,3 milhões, compensados parcialmente pelas aplicações no montante de R\$ 1.680,7 milhões e pela receita auferida nos investimentos no montante de R\$ 30,5 milhões.

Consumidores e revendedores

O saldo desta conta passou de R\$ 33,1 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 27,6 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 16,6%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução foi ocasionada principalmente pelos maiores recebimentos de MRE e Spot em relação ao ano anterior, restando em 31 de dezembro somente o saldo a receber de MRE no montante de R\$ 5,7 milhões. Em 2011, havia saldo a receber de R\$ 12,4 milhões relativo à venda no MRE e Spot. Vale ressaltar que a liquidação dos valores de MRE e Spot ocorre após 60 dias, ficando durante este período o valor contabilizado como contas a receber.

Contas a receber de partes relacionadas

O saldo desta conta passou de R\$ 237,3 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 204,8 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 13,7%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução no contas a receber é reflexo somente dos valores faturados em dezembro de cada ano, visto que o recebimento ocorre geralmente no mês subsequente. No mês de dezembro de 2012, o montante faturado para a coligada AES Eletropaulo foi menor se comparado ao mês de dezembro de 2011, porém no acumulado do ano os valores faturados em 2012 foram superiores à 2011. Isso se deve a sazonalidade do contrato, em que os volumes de energia podem oscilar no decorrer do ano.

Imposto de renda e contribuição social compensáveis

O saldo desta conta passou de R\$ 18,6 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 9,1 milhões na mesma data de 2012, representando uma redução de 51,1%. Os diretores da Companhia entendem que tal variação foi ocasionada pelos valores compensados de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte durante o ano de 2012. Atualmente, o saldo de R\$ 9,1 milhões a compensar é composto integralmente por IRRF.

Outros tributos compensáveis

O saldo desta conta passou de R\$ 4,2 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 2,6 milhões na mesma data de 2012, representando uma redução de 38,1%. Os diretores da Companhia entendem que tal variação foi ocasionada principalmente pela compensação de PIS ocorrida em fevereiro de 2012 no montante de R\$ 2,0 milhões, referente recolhimento efetuado a maior em maio de 2011.

Outros créditos

O saldo desta conta passou de R\$ 9,8 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 20,5 milhões na mesma data de 2012, representando um aumento de 109,2%. Os diretores da Companhia entendem que este aumento foi ocasionado principalmente pelas maiores garantias depositadas para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (superior em R\$ 15,9 milhões aos valores depositados em 2011), com o objetivo de cumprir exigências na compra de energia no MRE e Spot. Em 2012, houve aumento no volume de energia comprada e no preço praticado no mercado Spot, influenciando também as garantias depositadas.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar

O saldo desta conta passou de R\$ 109,4 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 99,1 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 9,4%. Os diretores da Companhia esclarecem que esta redução de R\$ 10,3 milhões é decorrente exclusivamente da



realização do benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio, originalmente pago pela empresa AES Gás Ltda. e AES Tietê Participações S.A., quando da aquisição de participações na AES Tietê e que têm por fundamento econômico a expectativa de resultados futuros da Companhia.

Cauções e depósitos vinculados

O saldo desta conta passou de R\$ 66,8 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 6,9 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 89,7%. Os diretores da Companhia esclarecem que esta redução foi ocasionada pelos resgates dos depósitos vinculados a litígios de PIS e COFINS no montante de R\$ 63,6 milhões (sendo R\$ 15,1 milhões em maio de 2012, no qual a Companhia teve julgamento favorável, e R\$ 48,5 milhões em dezembro de 2012, que foram convertidos em renda para a União). Esta redução foi parcialmente compensada pelo registro de atualização monetária de R\$ 2,3 milhões e por novos depósitos (relativos a processos trabalhistas e fiscais) no montante de R\$ 1,4 milhão.

Imobilizado

O saldo desta conta passou de R\$ 3.155,6 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 3.122,3 milhões, na mesma data de 2012, apresentando uma redução de 1,1%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução foi ocasionada pela depreciação registrada no exercício de R\$ 162,2 milhões, pela baixa dos ativos alienados da AES Minas no montante de R\$ 9,9 milhões, pelas transferências do imobilizado em curso para a rubrica "intangíveis" no montante de 4,2 milhões e pelas baixas de ativos de R\$ 0,1 milhão, compensados parcialmente pelas adições no montante de R\$ 143,1 milhões (principalmente pelos investimentos em manutenção e modernização das unidades geradoras).

Intangível

O saldo desta conta passou de R\$ 49,7 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 50,8 milhões, na mesma data de 2012, representando um aumento de 2,2%. Os diretores da Companhia entendem este aumento foi ocasionado pelas adições no montante de R\$ 4,2 milhões (transferidas da rubrica "imobilizado"), compensadas pela amortização registrada no exercício no montante de R\$ 3,1 milhões.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

O saldo desta conta passou de R\$ 67,3 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 116,2 milhões, na mesma data de 2012, representando um aumento de 72,7%. Os diretores da Companhia entendem este aumento foi ocasionado pelo maior volume de energia comprada no CCEE (MRE e Spot), aumentando estas obrigações em R\$ 42,2 milhões se comparadas ao exercício anterior. Também, houve aumento no saldo a pagar a fornecedores de materiais e serviços em R\$ 6,7 milhões.

Debêntures

O saldo desta conta passou de R\$ 25,5 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 316,3 milhões, na mesma data de 2012, representando um aumento de R\$ 290,8 milhões. Os diretores da Companhia esclarecem que este aumento é explicado pela transferência de principal do passivo não circulante para o circulante do montante de R\$ 300,0 milhões, pelos encargos provisionados no montante de R\$ 85,1 milhões, pela amortização de custos a amortizar no montante de R\$ 1,2 milhão, compensados parcialmente pelo pagamento de encargos no montante de R\$ 94,4 milhões e pela transferência de R\$ 1,1 milhão de custos a amortizar do não circulante para o circulante.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O saldo desta conta passou de R\$ 373,5 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 389,6 milhões, na mesma data de 2012, representando um aumento de 4,3%. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é reflexo das provisões mensais de IRPJ e CSLL durante o exercício de 2012, quando a Companhia atingiu um lucro antes dos tributos superior em 6,5% ao do ano anterior. A Companhia durante o ano já efetuou recolhimentos, com base em estimativa mensal, de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 72,6 milhões. Após cálculo do ajuste anual do imposto devido, o pagamento ocorre até o último dia do mês subseqüente.

Outros tributos a pagar

O saldo desta conta passou de R\$ 11,2 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 8,2 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 26,8%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é justificada principalmente pela redução do R\$ 1,2 milhão do saldo de INSS a recolher, devido aos pagamentos efetuados no mês de dezembro de 2012, somada à redução de R\$ 1,2 milhão no saldo de PIS e COFINS a recolher.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O saldo desta conta passou de R\$ 27,7 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 24,7 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 10,8%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é justificada pelos pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.046,8 e pela reversão dos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos em 2012 no montante de R\$ 0,4 milhão, compensados parcialmente pelas respectivas destinações no montante de R\$ 1.044,2 milhões (juros sobre o capital próprio já líquidos de IRRF).

Obrigações estimadas

O saldo desta conta passou de R\$ 15,8 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$17,4 milhões, na mesma data de 2012, representando um aumento de 10,1%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é justificada principalmente: (i) pela maior provisão de férias e os respectivos encargos, passando de R\$ 7,1 milhões em 2011 para R\$ 8,1 milhões em 2012, devido ao maior número de funcionários no exercício e ao reajuste salarial ocorrido em julho/2012, e (ii) pelo incremento das provisões de participações nos lucros e bônus, passando de R\$ 8,6 milhões para R\$ 9,3 milhões.

Provisões para processos judiciais e outros

O saldo desta conta passou de R\$ 53,7 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 8,8 milhões, na mesma data de 2012. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 83,6% foi ocasionada pelos pagamentos de processos trabalhistas e da COFINS nos montantes de R\$ 0,9 milhões e R\$ 48,5 milhões, respectivamente, além das reversões no montante de R\$ 4,5 milhões. Em contrapartida, foram registradas atualizações monetárias de R\$ 1,9 milhões e a transferência de processos (trabalhistas, IRPJ e CSLL) do não circulante para o circulante no montante de R\$ 7,1 milhões.

Os processos de COFINS foram gerados após a Companhia questionar judicialmente a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718 de 27/11/1998, em que o STF reconheceu a constitucionalidade deste aumento determinando a conversão em renda em favor da União no montante de R\$48.486 que se encontravam depositados no processo.

Pesquisa e desenvolvimento

O saldo desta conta passou de R\$ 11,1 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 12,3 milhões, na mesma data de 2012, representando um aumento de 10,8%. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é justificado pelas provisões mensais de projetos no montante de R\$ 21,1 milhões, pelas transferências do não circulante para o circulante de R\$ 10,8 milhões, compensados parcialmente pelas aplicações e pagamentos no montante de R\$ 30,7 milhões.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Debêntures

O saldo desta conta passou de R\$ 898,2 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 599,3 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 33,3%. Os diretores da Companhia esclarecem que esta redução é explicada pela transferência do não circulante para o circulante do montante de R\$ 300,0 milhões, compensada pela transferência de R\$ 1,1 milhão de custos a amortizar do não circulante para o circulante.

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo desta conta passou de R\$ 619,4 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 582,9 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 5,9%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação foi ocasionada basicamente pelos impostos diferidos incidentes na realização do ajuste de avaliação patrimonial sobre itens do ativo imobilizado, passando estes tributos de R\$ 617,5 milhões em 2011 para R\$ 579,0 milhões em 2012.

Provisões para processos judiciais e outros

O saldo desta conta passou de R\$ 47,1 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 46,3 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 1,7%. Os diretores da Companhia entendem que tal redução foi ocasionada pela transferência de processos (trabalhistas, IRPJ e CSLL) do não circulante para o circulante no montante de R\$ 7,1 milhões (por conta da expectativa de realização inferior a 12 meses) e pelas reversões de processos trabalhistas e meio ambiente no montante R\$ 0,3 milhões, compensadas pelas provisões de R\$ 1,9 milhões e pelas, atualizações monetárias no montante de R\$ 4,7 milhões.

Pesquisa e desenvolvimento

O saldo desta conta passou de R\$ 10,5 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 0,8 milhões, na mesma data de 2012. Os diretores da Companhia entendem que esta redução ocorreu devido às transferências do não circulante para o circulante no montante de R\$ 10,8 milhões, compensadas pelo registro de atualizações monetárias no valor de R\$ 1,1 milhão.

Patrimônio Líquido

O saldo do Patrimônio Líquido passou de R\$ 1.954,1 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 1.808,3 milhões, na mesma data de 2012, representando uma redução de 7,5%. Os diretores da Companhia entendem que tal redução foi ocasionada pela destinação de

dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.047,8 milhões em 2012, parcialmente compensada pelo lucro líquido do exercício de R\$ 901,3 milhões e pela reversão de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos em 2012 no montante de R\$ 0,4 milhão.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIACÕES: 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo desta conta passou de R\$ 0,5 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 44,5 milhões, na mesma data de 2011. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de R\$ 44,0 milhões se deve principalmente pelo caixa gerado nas atividades operacionais, tendo como principal recebimento a venda de energia para a AES Eletropaulo, além de menor pagamento de imposto de renda e contribuição social. Em contrapartida, as atividades de investimento apresentaram desembolso maior de caixa, basicamente pelos maiores investimentos em ativos imobilizados, compensados pela movimentação líquida de investimentos de curto prazo que apresentou aumento de caixa devido aos resgates realizados. Adicionalmente, nas atividades de financiamento houve consumo de caixa devido ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Investimentos de curto prazo

O saldo desta conta passou de R\$ 564,6 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 397,4 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 29,6%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é explicada basicamente pelos resgates realizados durante o ano no montante de R\$ 1.371,9 milhões, compensados parcialmente pelas aplicações no montante de R\$ 1.152,3 milhões e pela receita auferida nos investimentos no montante de R\$ 44,5 milhões.

Consumidores e revendedores

O saldo desta conta passou de R\$ 20,9 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 33,1 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de 58,4%. Os diretores da Companhia entendem que este aumento foi gerado principalmente devido ao maior faturamento de energia no mercado de curto prazo no ano de 2011.

Contas a receber de partes relacionadas

O saldo desta conta passou de R\$ 181,2 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 237,3 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de 31,0%. Os diretores da Companhia entendem que este aumento no contas a receber é reflexo principalmente do reajuste do preço de energia vendida para AES Eletropaulo, passando de R\$159,85/MWh em 31 de dezembro de 2010 para R\$173,68/MWh em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de renda e contribuição social compensáveis

O saldo desta conta passou de R\$ 11,2 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$18,6 milhões na mesma data de 2011, representando um aumento de 66,1%. Os diretores da Companhia entendem que tal variação deve-se principalmente a menores compensações de IRRF com imposto de renda corrente a pagar em 2011.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar

O saldo desta conta passou de R\$ 120,3 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 109,4 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 9,1%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é originada pela realização do benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio. Esses tributos a recuperar referem-se a ágios originalmente pagos pela empresa AES Gás Ltda. e AES Tietê Participações S.A., quando da aquisição de participações na AES Tietê e que têm por fundamento econômico a expectativa de resultados futuros da AES Tietê. Em 2000 e 2007, respectivamente, as companhias implementaram reestruturações societárias, de forma que a AES Gás Ltda. e a AES Tietê Participações S.A. foram incorporadas pela AES Tietê. Nesse processo, os valores desses ágios, líquidos da provisão para proteção dos acionistas minoritários, foram incorporados pela AES Tietê, passando-se a ser classificados na rubrica Tributos a Recuperar, uma vez que esses valores líquidos referem-se ao benefício fiscal futuro que será auferido pela AES Tietê, quando da amortização dos valores brutos dos ágios (dedutível) e de suas respectivas provisões (não tributável).

Cauções e depósitos vinculados

O saldo desta conta passou de R\$ 63,7 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 66,8 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de 4,9%, o qual os diretores da Companhia entendem que é explicado principalmente pelo registro de atualização monetária dos depósitos de PIS e COFINS, além de novos depósitos em garantia realizados no período (principalmente relacionados aos processos trabalhistas).

Outros créditos

O saldo desta conta passou de R\$ 18,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 14,6 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 21,9%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução se deve ao recebimento parcial de R\$ 4,1 milhões do Banco Santos no início de 2011, permanecendo provisionado os R\$ 14,6 milhões restantes, que também estão registrados como provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Imobilizado

O saldo desta conta passou de R\$ 3.149,6 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 3.155,6 milhões, na mesma data de 2011, apresentando uma variação positiva de 0,2%, ficando praticamente em linha com o saldo apresentado no ano anterior. Os diretores da Companhia entendem que houve um aumento das adições de ativo imobilizado parcialmente compensado pela depreciação reconhecida no exercício. Os principais projetos de 2011 foram: Projeto Jaguari Mirim, modernização de duas unidades geradoras de Caconde, modernização de uma unidade geradora de Ibitinga e modernização de duas unidades geradoras de Nova Avanhandava.

Intangível

O saldo desta conta passou de R\$ 51,7 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 49,7 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 3,9%, a qual os diretores da Companhia entendem ter sido ocasionada pelo reconhecimento da amortização de uso do bem público e de outros bens intangíveis no montante de R\$ 3,1 milhões, parcialmente compensada por aquisições no valor de R\$ 1,1 milhão.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

O saldo desta conta passou de R\$ 125,5 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 67,3 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 46,4%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução se deve, principalmente, aos pagamentos relacionados ao acordo firmado entre geradoras (incluindo a AES Tietê), Aneel e distribuidoras referente à TUSDg do período julho de 2004 a dezembro de 2008, o qual foi 100% quitado até 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$75,4 milhões. Esta quitação foi realizada mensalmente pela Companhia, após financiamento firmado com concessionárias de energia elétrica.

Debêntures

O saldo desta conta passou de R\$ 25,8 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 25,5 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 1,2%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução foi ocasionada pelos encargos de debêntures pagos no montante de R\$ 111,9 milhões e pela transferência dos custos a amortizar do não circulante para o circulante no montante de R\$ 1,6 milhão, compensados parcialmente pelos encargos provisionados no exercício no montante de R\$ 112,8 milhões e pela amortização de custos a amortizar no montante de R\$ 0,4 milhão.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O saldo desta conta passou de R\$ 309,2 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 373,5 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de 20,8%. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é reflexo das provisões mensais de IRPJ e CSLL durante o exercício de 2011, quando a Companhia atingiu um lucro antes dos tributos superior em 14,7% ao do ano de 2010. A Companhia já compensou créditos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 62,3 milhões, sendo que os próximos pagamentos e compensações serão realizados no início de 2012.

Outros tributos a pagar

O saldo desta conta passou de R\$ 8,2 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 11,2 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de 36,6%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é justificada pelo aumento de R\$ 1,8 milhão de PIS e COFINS a recolher devido ao aumento da receita e aumento de R\$ 1,0 milhão no INSS a recolher devido ao maior número de funcionários na folha de pagamento.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O saldo desta conta passou de R\$ 28,8 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 27,7 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 3,8%. Os diretores da

Companhia entendem que esta variação é justificada pelas destinações de dividendos e juros sobre capital próprio durante o exercício de 2011 no montante de R\$ 869,2 milhões (juros sobre o capital próprio já líquidos de IRRF), sendo contrabalançados pelos seus respectivos pagamentos no montante de R\$ 868,8 milhões. Adicionalmente houve a reversão para o patrimônio líquido de dividendos prescritos no montante de R\$ 1,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Obrigações estimadas

O saldo desta conta passou de R\$ 11,9 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$15,8 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de 32,8%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é justificada principalmente: (i) pela maior provisão de férias, passando de R\$ 4,6 milhões em 2010 para R\$ 5,3 milhões em 2011, devido ao maior número de funcionários no período e ao reajuste salarial ocorrido em julho/2011, e (ii) pelo incremento das provisões de participações nos lucros e bônus, passando de R\$ 5,9 milhões para R\$ 8,6 milhões.

Provisões para processos judiciais e outros

O saldo desta conta passou de R\$ 4,9 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 53,7 milhões, na mesma data de 2011. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de R\$ 48,8 milhões observado no período foi ocasionado pela transferência dos processos de PIS e Cofins do passivo não circulante para o circulante no montante de R\$ 52 milhões, conforme expectativa de realização inferior a 12 meses. Estas processos foram gerados após a Companhia questionar judicialmente a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9718 de 27/11/1998 e ao aumento da base de cálculo para fins de apuração do PIS e da COFINS.

Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

O saldo desta conta passou de R\$ 23,3 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 11,1 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 52,4%, a qual os diretores da Companhia entendem que ocorreu devido às baixas realizadas no ano no montante de R\$ 19,9 milhões relativas a projetos concluídos, contrabalançados pelas provisões mensais dos projetos em andamento no montante de R\$ 7,5 milhões.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo desta conta passou de R\$ 655,3 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 619,4 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 5,5%, a qual os diretores da Companhia entendem ter sido ocasionada basicamente pelos impostos diferidos incidentes na realização do ajuste de avaliação patrimonial sobre itens do ativo imobilizado, passando estes tributos de R\$ 656,5 milhões em 2010 para R\$ 617,5 milhões em 2011.

Provisões para processos judiciais e outros

O saldo desta conta passou de R\$ 95,7 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 47,1 milhões, na mesma data de 2011, representando uma redução de 50,8%, a qual os diretores da Companhia entendem que foi ocasionada pela transferência dos processos de PIS e Cofins do longo para o curto prazo no montante de R\$ 52 milhões, por conta da expectativa de realização inferior a 12 meses. Estes processos foram gerados após a Companhia questionar judicialmente a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9718 de 27/11/1998, e ao aumento da base de cálculo para fins de apuração do PIS e da COFINS.

Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

O saldo desta conta passou de R\$ 8,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 10,5 milhões, na mesma data de 2011. Os diretores da Companhia entendem que este aumento de 29,6% ocorreu devido à atualização monetária reconhecida no ano de 2011 no valor de R\$ 2,4 milhões.

Patrimônio Líquido

O saldo do Patrimônio Líquido passou de R\$ 1.981,0 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 1.954,1 milhões, na mesma data de 2011, representado uma redução de 1,4%, a qual os diretores da Companhia entendem ter sido ocasionada pela maior destinação de dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 873,6 milhões em 2011 ante R\$ 771,3 milhões em 2010), parcialmente compensados pelo aumento no lucro líquido do exercício.

10.2. Comentários dos diretores sobre

a. resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, as receitas da Companhia decorreram do suprimento de energia elétrica.

Desde o início de 2006, quase a totalidade da garantia física da Companhia está contratada no longo prazo por meio de um contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica assinado com a AES Eletropaulo, cujas receitas equivalem a 89,0% de toda a receita bruta em 2012. A Companhia ainda obtém receitas adicionais com a comercialização de energia para clientes livres, que representaram 3,9% da receita bruta de 2012.

Além disso, após as exclusões do consumo próprio e perdas técnicas de transmissão, os volumes excedentes são direcionados de acordo com as determinações do ONS: primeiramente ao MRE e posteriormente vendidos ao mercado *spot* pela CCEE. Em 2012, as receitas com as operações realizadas na CCEE equivalem a 7,1% de toda a receita bruta da Companhia.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores entendem que não houve fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais que não tenham sido mencionados no item 10.1 (h) "Comentários dos Diretores - alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras".

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O preço praticado pelo contrato bilateral com a AES Eletropaulo foi fixado em 2000, na data de sua assinatura, com base na regulamentação vigente que estabelecia o Valor Normativo (VN) como parâmetro de preço para contratações bilaterais. Desde então, esse preço é reajustado anualmente, no mês de julho, pela variação acumulada do IGP-M nos últimos 12 meses, conforme previsto no contrato. As receitas com o contrato bilateral representavam em 31 de dezembro de 2012 a participação de 89,0% da receita bruta da Companhia.

	2012	2011	2010	Variação (2012 vs 2011)	Variação (2011 vs 2010)
Receita Operacional Bruta (em R\$ milhões)	2.228,8	1.983,8	1.844,5	12,4%	7,6%
<i>Preço Médio Contrato Bilateral com a AES Eletropaulo (R\$/MWh)</i>	<i>178,0</i>	<i>167,3</i>	<i>155,8</i>	<i>6,4%</i>	<i>7,4%</i>
<i>Energia Faturada Contrato Bilateral com a AES Eletropaulo (GWh)</i>	<i>11.138,1</i>	<i>11.107,7</i>	<i>11.107,7</i>	<i>0,3%</i>	<i>0,0%</i>
<i>Faturamento Contrato Bilateral com a AES Eletropaulo (em R\$ milhões)</i>	<i>1.982,7</i>	<i>1.858,3</i>	<i>1.730,6</i>	<i>6,7%</i>	<i>7,4%</i>
Contribuição do Contrato Bilateral com a AES Eletropaulo para a Receita Operacional	89,0%	93,7%	93,8%	-5,0%	-0,2%
<i>Preço Médio na CCEE e outros contratos bilaterais com terceiros (R\$/MWh)</i>	<i>43,8</i>	<i>31,0</i>	<i>31,2</i>	<i>41,5%</i>	<i>-0,8%</i>
<i>Energia Faturada na CCEE e outros contratos bilaterais com terceiros (GWh)</i>	<i>5.589,8</i>	<i>4.014,5</i>	<i>3.621,1</i>	<i>39,2%</i>	<i>10,9%</i>
<i>Faturamento na CCEE e outros contratos bilaterais com terceiros (em R\$ milhões)</i>	<i>246,0</i>	<i>124,4</i>	<i>113,1</i>	<i>97,7%</i>	<i>10,0%</i>
Contribuição das Vendas na CCEE e outros bilaterais para a Receita Operacional Bruta	11,0%	6,3%	6,1%	76,0%	2,2%
<i>Faturamento Outras Receitas (em R\$ milhões)</i>	<i>0,9</i>	<i>1,1</i>	<i>0,9</i>	<i>0,0%</i>	<i>19,4%</i>
Contribuição Outras Receitas para a Receita Operacional Bruta	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

A tabela acima mostra que a variação do preço médio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo foi de 6,4% na comparação do ano de 2012 com o ano de 2011. Essas variações

colaboraram com um aumento de 6,7% entre os anos de 2012 e 2011 na receita operacional bruta.

O volume anual de energia contratada pelo contrato bilateral com a AES Eletropaulo é fixado em MW médios, variando apenas em função do número de horas no ano.

No ano de 2012, o volume faturado por meio do CCEE aumentou em 43,5% se comparado a 2011. Esse desempenho decorre principalmente do aumento do volume de vendas no MRE (13,4%), parcialmente compensado pela redução das vendas no mercado spot (-25,2%). Essas variações são decorrentes das condições hidrológicas menos favoráveis no Brasil, que ocasionou redução do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo o país, aumentando a necessidade de transferências por meio do MRE e diminuindo as vendas no mercado spot.

Já o volume de vendas em contratos bilaterais superou em 11,1% no ano de 2012 em relação a 2011, reflexo da estratégia de busca por novas oportunidades de mercado.

Vale ressaltar que todas as receitas da Companhia são denominadas em moeda local.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Os custos e despesas operacionais e os resultados financeiros da Companhia são principalmente influenciados pelo IGP-M e CDI, conforme explicado nos parágrafos abaixo:

Inflação (IGP-M e IPCA): a maior parte dos custos e despesas operacionais da Companhia está atrelada principalmente a indicadores de inflação, tais como IGP-M e IPCA. As rubricas com maior correlação com estes índices de inflação são (i) pessoal, (ii) compensação financeira pelo uso de recursos hídricos e (iii) encargos de conexão e transmissão de energia. A soma destas linhas representa 44,5% do total de custos e despesas operacionais desconsiderando depreciação e amortização.

CDI: A variação da taxa Selic afeta diretamente as receitas financeiras da Companhia, visto que suas disponibilidades são representadas por operações de curto prazo, com rentabilidade média em torno de 102,5% e 101,9% do CDI em 2011 e 2012 respectivamente.

O CDI é o único fator de risco quanto ao endividamento da Companhia, visto que sua única dívida financeira, uma debênture emitida em maio de 2010 com valor principal de R\$ 900 milhões, possui custo de CDI + 1,20% a.a. Em comparação ao último ano, no entanto, a variação da taxa média do CDI (CETIP) foi de 400bps, saindo de 10,87% a.a. em dezembro de 2011 para 6,9%, em dezembro de 2012.

Para verificar a sensibilidade do indexador CDI na única dívida financeira da Companhia, uma debênture emitida em maio de 2010 com principal de R\$ 900 milhões ao custo de CDI + 1,20% a.a., acrescemos um por cento no CDI médio de 31 de dezembro de 2012 que era 6,9% a.a.. Assim calculamos a variação de R\$ 9,1 milhões na despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos do contrato programado para 2013.

Taxa de Câmbio: Como os custos e despesas operacionais da Companhia, bem como a totalidade das suas receitas, são denominados em Reais, ela não está significativamente

exposta à variação da taxa de câmbio. A variação do dólar norte-americano frente ao real afeta somente o resultado financeiro da Companhia, visto que a única obrigação denominada em moeda estrangeira é um provisionamento referente à discussão judicial da redistribuição das cotas de Itaipu cujo valor é corrigido pela variação cambial. Ao final dos exercícios sociais de 2010, 2011 e 2012 os montantes provisionados eram de R\$ 5,9 milhões, R\$ 8,7 milhões e R\$ 3,7 milhões, respectivamente.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em abril de 2012, a Companhia firmou um contrato de venda para a CEI – Companhia Energética Integrada LTDA., de 100% das quotas da AES Minas PCH. Em 31 de Agosto de 2012, a venda foi concluída com o pagamento pela CEI à AES Tietê de R\$ 20,3 milhões. Com a receita de R\$ 20,3 milhões reconhecida da venda da participação na AES Minas PCH, deduzindo-se a baixa do investimento (registrada até 31 de agosto de 2012) de R\$ 10,3 milhões, o resultado da Companhia foi impactado positivamente em R\$ 10,0 milhões no trimestre findo em 30 de setembro de 2012, antes dos impostos.

Em julho de 2011, em cumprimento a obrigação de expansão da Companhia, foi construída a PCH São Joaquim, com capacidade instalada de 3MW. Esta planta é parte do projeto Jaguari-Mirim, que conta com a construção de outra PCH, que entrou em operação em março de 2012.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar suas demonstrações financeiras ou resultados.

10.4. Comentários dos diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores da Companhia esclarecem que, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou inicialmente as normas internacionais de contabilidade (IFRS) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, estando em conformidade com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC até a data atual.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 17(R1) – Contratos de construção - Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 18(R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto - Deliberação CVM nº 696 de 13 dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 19(R2) – Negócios em conjunto - Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 30(R1) – Receitas - Deliberação CVM nº 692 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 33(R1) – Benefícios a empregados - Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 35(R2) – Demonstrações separadas - Deliberação CVM nº 693 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 36(R3) – Demonstrações consolidadas - Deliberação CVM nº 698 de 20 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 40(R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação – Deliberação CVM nº. 684 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 45 – Divulgação de participações em outras entidades - Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012; A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- ICPC 08(R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- ICPC 09(R1) – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial – Deliberação CVM nº 687 de 04 de outubro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 15 R1 – Combinação de Negócios – Deliberação CVM nº. 665 de 4 de agosto de 2011;

- CPC 19 R1 – Investimentos em Empreendimentos Controlado em Conjunto – Deliberação CVM nº. 666 de 4 de agosto de 2001;
- CPC 35 – Demonstrações Separadas – Deliberação CVM nº. 667 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 35 R1 – Demonstrações Separadas – Deliberação CVM nº. 667 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 36 R2 – Demonstrações Consolidadas – Deliberação CVM nº. 668 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 20 R1 – Custo de Empréstimos – Deliberação CVM nº. 672 de 20 de outubro de 2011; e
- CPC 21 R1 - Demonstração Intermediária – Deliberação CVM nº. 673 de 20 de outubro de 2011.
- CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Deliberação CVM nº. 675 de 13 de dezembro de 2011
- CPC 26 R1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Deliberação CVM nº. 676 de 13 de dezembro de 2011.
- ICPC 01 R1 – Contratos de Concessão – Deliberação CVM nº. 677 de 13 de dezembro de 2011.
- ICPC 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação – Deliberação CVM nº. 677 de 13 de dezembro de 2011

Os diretores da Companhia afirmam que não houve mudanças significativas na adoção dos pronunciamentos acima mencionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Em relação aos pronunciamentos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia somente espera impacto significativo na adoção do CPC 33(R1) – Benefícios a empregados.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme explicado no item anterior, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. Como informação adicional, a partir do exercício de 2013 a Companhia deverá aplicar o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, que teve sua revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012. Os diretores da Companhia entendem que os principais impactos decorrente da aplicação dessa norma serão (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e conseqüente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores da Companhia afirmam que não há ressalvas presentes nos Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

Os diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que, no caso da Companhia, divergem do IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas. Para fins locais a Companhia utiliza o método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo valor justo. No entanto, a Companhia opta por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas lado a lado. A opinião dos auditores independentes não está ressalvada em função deste assunto, somente sendo apresentada esta ênfase para os três exercícios (31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010).

Os diretores da Companhia afirmam que a apresentação das demonstrações do valor adicionado (DVA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, foi realizada em atendimento à legislação societária brasileira. Estas demonstrações foram também examinadas pelos auditores independentes e estão adequadamente representadas em todos seus aspectos relevantes.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros)

Os diretores da Companhia afirmam que a Companhia divulga suas principais políticas e estimativas contábeis na nota explicativa número 3 de suas Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O uso de julgamentos e estimativas é baseado em informações disponíveis quando da preparação das Demonstrações Contábeis. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, os diretores da Companhia entendem que deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros a medida que novas informações estejam disponíveis.

A seguir os diretores da Companhia elencam as principais políticas e estimativas contábeis consideradas críticas:

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de debêntures não conversíveis emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país as quais são testadas anualmente a fim de verificar sua aderência à experiência recente da população do plano. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A Companhia faz levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

A Companhia também optou pela utilização do método do corredor para registro dos ganhos e perdas atuariais (esta política contábil é somente válida até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, para maiores explicações vide nota explicativa nº 15.2 das demonstrações contábeis). Desta forma, ganhos/perdas que estejam abaixo dos limites do corredor não são reconhecidos imediatamente nas demonstrações contábeis.

Quando o valor acumulado líquido dos ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos, para cada plano, no final do período base anterior ultrapassar 10% do maior entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data (método do corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos como receita ou despesa ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Depreciação do ativo imobilizado

A Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas uteis definidas pela ANEEL e os valores residuais que incluem o projeto básico, espelham o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Os diretores da Companhia entendem que a utilização das taxas de depreciação acima referidas é adequada a seus negócios, representando uma estimativa próxima à expectativa dos benefícios econômicos futuros a serem gerados durante a vida econômica destes ativos.

A Companhia baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico bem como aqueles realizados e devidamente autorizados pelo poder concedente, após a assinatura do contrato de concessão que não estarão totalmente depreciados ao final da concessão serão reembolsados pelo Poder Concedente. Desta forma, a Companhia não amortiza o saldo de terrenos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia e suas controladas não possuíam ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. O gerenciamento dos negócios da Companhia e suas controladas considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como

aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social corrente sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor, as alíquotas básicas são de 25% e 9% respectivamente. A administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, na hipótese de assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

A Companhia possui atualmente impostos diferidos somente relacionados às diferenças temporárias. Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão registrados nas Demonstrações Contábeis com base nas disposições da Instrução CVM nº 371 e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as estas possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, no prazo e condições previstos na Instrução CVM nº 371. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

A Companhia revisa anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia.

Reconhecimento de receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais de acordo com orientações de seus consultores legais e sua Administração, suficientes para cobrir perdas prováveis.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia e suas controladas são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os diretores da Companhia entendem que os procedimentos internos adotados para a elaboração de demonstrações financeiras são suficientes e satisfatórios para assegurar sua

eficiência e precisão. Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições o mapeamento de atividades de controle sobre as práticas que possam impactar às demonstrações financeiras, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam um ambiente de controles internos confiável e níveis de competência para aprovação de contratações e desembolsos.

A execução dos principais controles que impactam às demonstrações financeiras da Companhia são revistos a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los ou corrigi-los, definindo prazos e responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante do nosso ambiente de controles internos diz respeito à prática de segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento por meio do Sistema GRC - Governance, Risk and Compliance (módulo Access Control - SAP), que nos permite avaliar os acessos informatizados concedidos aos diversos colaboradores e se ocorre conflito com as demais atividades por estes desempenhadas.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeira, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações financeiras e os controles associados, a terceira os controles de segurança da informação e a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, ambas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo comitê de auditoria da AES Corporation e apresentado ao Conselho de Administração e Fiscal. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para regularização de potenciais melhorias são apresentados ao Conselho Fiscal em base trimestral.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia, que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os trabalhos

sobre estes controles internos já foram iniciados, porém ainda não concluídos. Os diretores da Companhia reintegram o compromisso com a governança corporativa e não esperam qualquer recomendação relevante dos auditores no futuro.

10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos emitidos com a emissão de debêntures foram utilizados integralmente para o pré-pagamento da dívida com a Eletrobrás, liquidada no dia 04 de maio de 2010.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados nos balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. A Companhia possui contratos de compra e venda de produtos e serviços firmados que são registrados à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são realizados. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são divulgados nos balanços patrimoniais.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, indicando: a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia; b. a natureza e o propósito da operação; e c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia

a. investimentos, incluindo:

Projetos em desenvolvimento pela AES Tietê:

- TermoSP: projeto termoelétrico a gás natural com capacidade aproximada de 550MW a ser instalado no Estado de São Paulo. O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento e qualifica-se para o cumprimento da Obrigação de Expansão advinda do Edital de Privatização. Em novembro de 2009, houve a definição sobre a localização da planta e em agosto de 2010 foi concluído o estudo de viabilidade técnico-econômico, indicando a viabilidade do projeto e sinalizando a continuidade das ações de seu desenvolvimento. Já em outubro de 2011, a AES Tietê obteve junto a CETESB, a licença ambiental prévia. A Companhia trabalha agora para obter a Licença de Instalação. Adicionalmente, a Companhia se inscreveu para participar do Leilão A-5 de 2011, que ocorreu no dia 20 de dezembro de 2011, A-3 de 2012, que foi cancelado, e A-5 de 2012, que ocorreu no dia 14 de dezembro de 2012. Entretanto, devido à decisão da Petrobras de não entregar uma proposta vinculante de contrato de fornecimento de gás para projetos térmicos, incluindo o projeto Termo São Paulo, não foi possível participar desses certames. A Companhia trabalha para obter o fornecimento de gás, de forma a viabilizar o projeto com duas opções: (i) participar dos próximos leilões no ano de 2013; ou (ii) avaliar a possibilidade de vender energia no mercado livre.
- Complexo Jaguari-Mirim: projeto composto por 2 pequenas centrais hidrelétricas: PCH São José com capacidade de 4,0 MW e PCH São Joaquim com capacidade de 3,0 MW, ambas localizadas no Rio Jaguari Mirim, respectivamente, nos municípios de São João da Vista/SP e Vargem Grande do Sul/SP. A PCH São Joaquim encontra-se disponível para operação comercial desde julho de 2011 e a PCH São José entrou em operação comercial março de 2012. O projeto qualifica-se para o cumprimento da Obrigação de Expansão. O valor total realizado para esse projeto foi de R\$ 59,0 milhões.

ii) fontes de financiamento dos investimentos:

Para o projeto Termo SP, os diretores da Companhia afirmam que buscarão financiamentos através do BNDES, bem como outras alternativas disponíveis no mercado.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em abril de 2012, a Companhia firmou um contrato de venda para a CEI de 100% das quotas da AES Minas PCH, com receita de R\$ 20,3 milhões e resultado impactado positivamente em R\$ 10,0 milhões no trimestre findo em 30 de setembro de 2012, antes dos impostos.

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Aquisição de um terreno para o desenvolvimento do Projeto Termo São Paulo na cidade de Canas/SP em novembro de 2009.

c. novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

AES TIETÊ S.A.

ANEXO B

CANDIDATOS INDICADOS PELA ACIONISTA CONTROLADORA DA COMPANHIA PARA

COMPOR O CONSELHO FISCAL

ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.6 Dados Cadastrais dos Candidatos ao Conselho de Administração:

Nome	Data de Nascimento	Idade (anos)	Profissão	CPF (CPF) ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo ocupado	Data de eleição	Data de posse	Prazo de mandato	Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Indicação se foi eleito pelo controlador ou não
Arminio Francisco Borjas Herrera	07.07.1952	60	Advogado	040190475 (PAS)	Conselheiro de Administração Efetivo	04.04.2013	05.04.2013	Até AGO de 2014	N/A	Sim
Annmarie Reynolds	10.04.1969	43	Engenheira	7036826533 (PAS)	Conselheiro de Administração Efetiva	04.04.2013	05.04.2013	Até AGO de 2014	N/A	Sim
Vicente Javier Giorgio	07.10.1969	43	Engenheiro	21022116N (PAS)	Conselheiro de Administração Efetivo	04.04.2013	05.04.2013	Até AGO de 2014	N/A	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável a presente Proposta.

12.8. Administradores e membros do Conselho Fiscal

a. Currículos dos candidatos ao Conselho Fiscal

**Arminio Francisco Borjas Herrera
Membro do conselho de administração (efetivo)**

Arminio Francisco Borjas Herrera é bacharel em Direito pela Universidad Católica Andrés Bello, na Venezuela. Atualmente é: (i) Diretor Jurídico Regional do grupo AES para a América Latina, responsável por Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, República Dominicana, El Salvador e

Panamá, desde setembro de 2007; (ii) membro do Conselho de Administração da AES Eletropaulo (companhia aberta); membro do Conselho de Administração da AES Elpa S.A. (companhia aberta); e (iii) membro do Conselho de Administração da AES Gener S.A. (companhia aberta), cuja principal atividade é a atuação no setor de energia elétrica, AES Panamá S.A. (companhia aberta), cuja principal atividade é a atuação no setor de energia elétrica, Alumbrado Electrica de San Salvador, S.A. de C.V. (companhia aberta atuante no setor de distribuição e comercialização de energia elétrica), Empresa Electrica de Oriente, S.A. (companhia aberta atuante no setor de distribuição e comercialização de energia elétrica) e C.A. Ron Santa Teresa (companhia aberta atuante no setor de produção, engarrafamento e distribuição de bebidas alcoólicas). Nos últimos cinco anos exerceu, além destas, as seguintes funções: (i) Vice-Presidente de assuntos jurídicos da Electricidad de Caracas, uma subsidiária do grupo AES na Venezuela, cuja principal atividade é a atuação no setor de energia elétrica, de abril de 2004 a setembro de 2007. Arminio Francisco Borjas Herrera não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial.

Annamarie Reynolds
Membro do Conselho de Administração (Efetivo)

Annamarie Reynolds é bacharel em Engenharia Mecânica pela Rutgers University - New Brunswick, NJ, bem como engenheira profissional licenciada no Estado de Nova York (N.Y.S.P.E.). Atualmente é Vice-Presidente e Diretora de Risco, Grupo de Gestão de Risco Global da The AES Corporation, cuja principal atividade é a atuação no setor de energia elétrica, a partir de janeiro de 2012; Nos últimos cinco anos exerceu, além destas, as seguintes funções na The AES Corporation: (i) Diretora Geral, Grupo de Commodities e Risco Global, de janeiro de 2008 à janeiro de 2012; e (ii) Diretora-Geral, Comercialização de Carbono de janeiro à dezembro de 2007. Annmarie Reynolds não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial.

Vicente Javier Giorgio
Membro do Conselho de Administração (Efetivo)

Vicente Javier Giorgio é bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidad Tecnológica Nacional, em San Nicolás (Argentina) e possui MBA pela Universidad del Cema (Buenos Aires, Argentina). Atualmente é Diretor Operacional da AES Gener S.A. (companhia aberta), cuja principal atividade é a atuação no setor de energia elétrica, desde fevereiro de 2009. Nos últimos cinco anos exerceu, além destas, as seguintes funções: (i) Gerente Nacional e Gerente Geral da AES Panamá, cuja principal atividade é a atuação no setor de energia elétrica, de fevereiro de 2007 a janeiro de 2009; (ii) Gerente Geral da La Electricidad, em Caracas na Venezuela, de janeiro de 2006 a janeiro de 2007; e (iii) membro do conselho de administração da AES Gener S.A., de janeiro de 2006 a dezembro de 2008. Vicente Javier Giorgio não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial.

b. Condenações criminais, condenações em processo administrativo da CVM e penas aplicadas e condenações judiciais ou administrativas transitadas em julgado que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos com qualquer administrador ou membro do conselho fiscal

Nenhum dos profissionais mencionados no item acima esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os membros do Conselho Fiscal e:

a. administradores da Companhia

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há.

12.10. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia com:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, da Companhia

Não há.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Alguns dos administradores da Companhia, os Srs. Arminio Francisco Borjas Herrera e Vicente Javier Giorgio, membros do conselho de administração da Companhia, são também administradores da The AES Corporation e/ou sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

AES TIETÊ S.A.
ANEXO C

MONTANTE GLOBAL DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL
PROPOSTO PELA DIRETORIA DA COMPANHIA
ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13. Remuneração dos administradores.

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal é constituída em sua totalidade de remuneração fixa (Salário / Pró-labore) e possui como principal objetivo atrair e reter conselheiros independentes com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar, resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa.

Diretoria Estatutária e Não – Estatutária

A remuneração de Diretores da Companhia é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada um e em relação a outros executivos de mercado de energia e de empresas com boas práticas de Recursos Humanos.

A política de remuneração de executivos foi estruturada com o objetivo de:

- Vincular o desempenho dos executivos ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, seus planos de negócio e objetivos da organização;
- Alinhar a remuneração dos executivos com os interesses dos acionistas da Companhia;
- Otimizar o investimento da Companhia em Recursos Humanos visando atrair e reter profissionais capacitados e considerados “chave” para a sustentabilidade dos negócios da Companhia, tendo práticas competitivas em relação às empresas do mercado em que atua.

Comitê de Gestão da Política de Investimentos e Operacional

Os integrantes do Comitê de Gestão não são remunerados.

b. composição da remuneração

Os elementos do pacote de remuneração da Companhia são:

(i) **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;**

- i. **Salário /Pró-labore:** remunerar com base no nível e complexidade do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado);
 - ii. **Bônus:** reconhecer o alcance/superação de metas empresariais e individuais;
 - iii. **Benefícios diretos e indiretos:** oferecer benefícios alinhados as práticas de mercado no nível executivo: - Veículo designado, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Previdência Privada, Seguro de Vida, Check up anual;
- **Outros - Incentivo de Longo Prazo (ILP):** Estabelecido pela AES Corporation e condicionado ao alcance de metas corporativas globais e individuais. Visa reforçar a retenção dos profissionais e a criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. O incentivo de longo prazo é composto pelo seguinte:

1. **Plano de Remuneração baseado em Ações da AES Corporation** (a AES Tietê não possui um plano local de ações), definido e pago pela controladora sem ônus para a AES Tietê. Representa 50% do ILP de cada Diretor: Existem 3 tipos de remuneração por Ações:

- a. **Stock Options:** o Diretor estatutário recebe o direito de comprar ações da AES Corporation, por um determinado valor após um período de 3 anos;
- b. **Performance Stock Units:** o Diretor recebe um determinado número de ações da AES Corporation. O valor dessas ações poderá variar conforme performance do índice Standard & Poors 500 (S&P 500) da Bolsa de Nova Iorque; e
- c. **Restricted Stock Units:** o Diretor recebe as ações da AES Corporation (e não da AES Tietê) para, caso deseje, aliená-las no mercado secundário após um período de carência.

2. **Plano Performance Units (PU):** definido pela controladora, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais da AES Corporation. Representa 50% do ILP de cada Diretor e o pagamento é assumido localmente pela AES Tietê. O indicador de referência é o CVA (Cash Value Added), que mede a geração de caixa. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

(ii) **qual a proporção de cada elemento na remuneração total;**

- **Conselho de Administração:** 100 % remuneração fixa (salário / pró-labore);
 - **Conselho Fiscal:** 100 % remuneração Fixa (salário / pró-labore);
- ⇒ **Diretores Estatutários e Não-Estatutários:** 45,67% remuneração fixa (salário /

pró-labore)

ILP) 38,47% bônus
5,54% incentivos de longo prazo (Outros -
5,07% Benefícios diretos e indiretos
5,25% Benefícios pós-emprego

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Em Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Companhia é aprovado o montante que será empregado na remuneração global dos Conselheiros Fiscais e Administrativos, com relação ao exercício social. Como premissa básica de aprovação, a remuneração dos administradores da Companhia deverá tratar-se um custo sustentável e que não comprometa outros investimentos do negócio. Os reajustes são baseados no crescimento das remunerações praticadas pelo mercado.

A Hay Group do Brasil é a consultoria contratada para realizar a pesquisa anual de remuneração para análise da competitividade da remuneração dos administradores frente ao mercado selecionado, composto por empresas que apresentam sólidas práticas em Recursos Humanos e/ou do mesmo segmento e porte da AES Tietê.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração:

- Contribuir para a atração e retenção dos profissionais;
- Assegurar o reconhecimento meritocrático dos profissionais de alto desempenho;
- Garantir remuneração competitiva e alinhada às práticas do mercado em troca do cumprimento total das expectativas e a possibilidade de bonificações adicionais quando as expectativas forem excedidas;
- Praticar uma remuneração justa, equitativa e clara para os administradores; e
- Balanceamento entre remuneração de curto e longo prazo, visando ações e decisões que garantam a sustentabilidade do negócio.

c. principais indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Salário/Pro labore e Benefícios diretos e indiretos – Utiliza-se como indicadores as práticas de mercado da localidade de trabalho do administrador.

Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo) - Os principais indicadores de desempenho da Companhia considerados para efeito de remuneração variável são:

Peso de Cada Resultado na avaliação de desempenho

AES Tietê	AES Corporation	Individual
-----------	-----------------	------------

Segurança	Fluxo de Caixa	Melhoria de Performance	AES Mundial	LOB Utilities	
10%	20%	30%	10%	15%	15%

Os indicadores acima possuem os seguintes conceitos:

Segurança: índice de fatalidade mensal.

Fluxo de Caixa: lucro líquido da Companhia apurado no ano.

Melhoria de Performance: pesquisa de clima com os colaboradores e qualidade de gestão operacional.

AES Mundial: Resultado geral, incluindo, dentre outros, resultado financeiro e de performance.

LOB Utilities: Line Off Business Utilities (Divisão de Empresas por operação).

Desempenho Individual: Resultado de Avaliação Individual do colaborador.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

O acompanhamento dos indicadores é realizado mensalmente e a apuração final dos resultados é feita no primeiro mês do ano subsequente ao exercício. Cada indicador tem um peso específico que, ponderado, consolida a remuneração variável total, que é aprovada pelo comitê Regional e Mundial da AES Corporation.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia mantém uma política de remuneração variável baseada em metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dessa forma, a Companhia busca atribuir aos seus colaboradores incentivos de curto, médio e longo prazo, que objetivam alinhar os interesses de todas as partes interessadas. Entre as metas, é possível destacar o acompanhamento do seu resultado mensurado pelo fluxo de caixa, EBITDA, Lucro líquido, dentre outros, além de resultados de desempenho operacional como EFOR (Paradas Forçadas), NCF (Fator de Capacidade Líquida), Disponibilidade Comercial, etc.

Essas práticas são sustentadas pelos valores da Companhia, a saber:

- Segurança em primeiro lugar
- Agir com integridade
- Honrar compromissos
- Buscar excelência
- Realizar-se no trabalho

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Possuímos programa de ILP (Incentivo de Longo Prazo) que é estabelecido e administrado pela AES Corporation, condicionado ao alcance de metas corporativas globais e individuais, sendo o Brasil responsável por 50% do custo e a AES Corporation responsável pelos outros 50%.

Em 17 de dezembro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu a Deliberação nº. 562 que aprovou o CPC 10, Pagamento Baseado em Ações, o qual forneceu critérios e diretrizes sobre a contabilização e divulgação dos pagamentos baseados em ações pelas Companhias. Essa Deliberação teve sua vigência a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2008.

Considerando as questões de ordem societária envolvendo a contabilização dos pagamentos baseados em ações efetuados por sua Controladora em favor de seus empregados, em 7 de dezembro de 2009 a AES Tietê protocolou consulta à CVM visando dirimir dúvidas em relação à referida contabilização.

Em 22 de dezembro de 2009, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu a Deliberação nº. 615, que aprovou a Interpretação Técnica ICPC 05 com diretrizes adicionais sobre o registro de pagamento baseado em ações envolvendo transações de ações do Grupo e em Tesouraria. Essa interpretação recomenda que a contabilização de pagamentos em ações efetuados pela Controladora a empregados da Companhia, sejam contabilizados pela Companhia como uma despesa em contrapartida a um aumento no patrimônio líquido em favor dessa Controladora. A Deliberação nº. 615 tem sua vigência a partir dos exercícios encerrados em dezembro de 2010.

Em 18 de junho de 2010, a Companhia recebeu resposta à consulta da CVM a qual orientou o registro da remuneração baseada em ações no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. De acordo com o CPC 10, o ICPC 05 e as informações recebidas da CVM a Companhia irá proceder ao registro de acordo com as Deliberações acima mencionadas, e registrará a contrapartida dessas despesas em reserva de capital, no patrimônio líquido, a qual poderá ser utilizada em favor do acionista controlador após o efetivo aporte de recursos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há remuneração ou benefícios diretos e indiretos vinculados a ocorrência de eventos societários.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10,75	8,00	5,00	23,75
Remuneração fixa anual (em R\$)	616.320	3.242.674	420.000	4.278.994
Salário / pró-labore	616.320	2.162.271	420.000	3.198.591
Benefícios diretos e indiretos		1.080.403		1.080.403
Participação em comitês				
Outros (Encargos)	123.264	432.454	84.000	639.718
Remuneração variável		2.180.001		2.566.365
Bônus		1.931.822		1.931.822
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros (Encargos)		386.364		386.364
Outros (ILP)		248.179		248.179
Benefícios pós-emprego		305.714		
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações		61.892		61.892
Total Geral	739.584	6.609.099	504.000	7.852.683
Observações: "O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular CVM/SEP/Nº 03/2012". Dado que o exercício social de 2013 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, conforme requisitado pelo Ofício Circulas CVM/SEP/Nº03/2012.				

2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10,75	7,50	5,00	23,25
Remuneração fixa anual (em R\$)	516.000	2.741.813	338.500	3.596.313
Salário / pró-labore	516.000	1.753.721	338.500	2.608.221
Benefícios diretos e indiretos		988.092		988.092
Participação em comitês				
Outros (Encargos)	103.200	350.744	67.700	521.644
Remuneração variável		1.929.836		1.929.836
Bônus		1.663.069		1.663.069
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros (Encargos)		332.614		332.614
Outros (ILP)		266.767		266.767
Benefícios pós-emprego		235.230		235.230
Benefícios pela cessação do exercício do cargo		17.315		17.315
Remuneração baseada em ações		39.714		39.714
Total Geral	619.200	5.647.265	406.200	6.672.665

Observações: "O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular CVM/SEP/Nº 03/2012". Dado que a remuneração do Conselho Fiscal não é considerada na remuneração que consta na nota explicativa das demonstrações financeiras da Companhia referente à remuneração de sua alta administração, (i) o total da remuneração da alta administração da Companhia que consta de suas demonstrações financeiras pode ser obtido por meio da soma do total geral da coluna conselho de administração e diretoria estatutária das tabelas constantes do item 13.2 deste formulário; e (ii) o valor de Benefícios de curto prazo que consta de suas demonstrações financeiras pode ser obtido por meio da soma das linhas "Remuneração fixa anual", "Outros (Encargos)" e "Bônus" da coluna "Conselho de Administração" e "Diretoria Estatutária" da tabela acima. (iii) No exercício de 2012 não existem valores reconhecidos "Remuneração baseada em ações" para estatutários.

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	11,00	7,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual (em R\$)	552.000	2.229.952	346.500	3.128.452
Salário / pró-labore	552.000	1.616.285	346.500	2.514.785
Benefícios diretos e indiretos		613.668		613.668
Participação em comitês				
Outros (Encargos)	110.400	323.257	69.300	502.957
Remuneração variável		1.800.122		1.800.122
Bônus		1.574.973		1.574.973
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros (Encargos)		314.995		
Outros (ILP)		225.149		225.149
Benefícios pós-emprego		242.659		242.659
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações		29.659		29.659
Total Geral	662.400	4.940.644	415.800	6.018.844

Observações: "O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular CVM/SEP/Nº 03/2012". Dado que a remuneração do Conselho Fiscal não é considerada na remuneração que consta na nota explicativa das demonstrações financeiras da Companhia referente à remuneração de sua alta administração, (i) o total da remuneração da alta administração da Companhia que consta de suas demonstrações financeiras pode ser obtido por meio da soma do total geral da coluna conselho de administração e diretoria estatutária das tabelas constantes do item 13.2 deste formulário; e (ii) o valor de Benefícios de curto prazo que consta de suas demonstrações financeiras pode ser obtido por meio da soma das linhas "Remuneração fixa anual", "Outros (Encargos)" e "Bônus" da coluna "Conselho de Administração" e "Diretoria Estatutária" da tabela acima.

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	11,00	7,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual (em R\$)	672.000	2.054.470	352.268	3.078.738
Salário / pró-labore	672.000	1.580.200	352.268	2.604.468
Benefícios diretos e indiretos		474.270		474.270
Participação em comitês				
Outros (Encargos)	134.400	316.040	70.454	520.894
Remuneração variável		1.852.245		1.852.245
Bônus		1.539.675		1.539.675
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros (Encargos)		307.935		
Outros (ILP)		312.570		312.570
Benefícios pós-emprego		227.396		227.396
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações		16.984		16.984
Total Geral	806.400	4.775.070	422.722	6.004.192

Observações: "O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular CVM/SEP/Nº 03/2012". Dado que a remuneração do Conselho Fiscal não é considerada na remuneração que consta na nota explicativa das demonstrações financeiras da Companhia referente à remuneração de sua alta administração, (i) o total da remuneração da alta administração da Companhia que consta de suas demonstrações financeiras pode ser obtido por meio da soma do total geral da coluna conselho de administração e diretoria estatutária das tabelas constantes do item 13.2 deste formulário; e (ii) o valor de Benefícios de curto prazo que consta de suas demonstrações financeiras pode ser obtido por meio da soma das linhas "Remuneração fixa anual", "Outros (Encargos)" e "Bônus" da coluna "Conselho de Administração" e "Diretoria Estatutária" da tabela acima.

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

A Companhia não possui plano de remuneração variável para o Conselho de Administração nem para o Conselho Fiscal. Em relação aos diretores estatutários, a política e valores são demonstrados no quadro abaixo:

Dados Gerais	Diretoria Estatutária	2010	2011	2012	2013
Remuneração Variável - Bônus + ILP (PU)	Número de Membros que receberam remuneração variável no exercício	8	7	7	8
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 3.250.589	R\$ 2.517.243	R\$ 3.061.798	R\$ 2.904.038
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	R\$ 1.901.184	R\$ 1.507.428	R\$ 1.918.230	R\$ 1.815.678
	Valor efetivamente reconhecido (em R\$)	R\$ 1.852.245	R\$ 1.800.122	R\$ 1.929.836	

A remuneração dos administradores e dos membros do conselho de administração e fiscal para o exercício corrente será definida em assembléia geral ordinária. A política de remuneração dos órgãos mencionados permanecerá inalterada.

Nota. O critério utilizado para cálculo de Remuneração Variável consta no item 13.1.c

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

O Plano de Remuneração baseado em Ações abrange somente os Diretores estatutários e Diretores não estatutários, não atingindo conselho de administração e fiscal. A seguir detalha-se o plano:

	Diretores Estatutários
a) Termos e condições gerais	<p>O Plano de Remuneração baseado em Ações é estabelecido, administrado e custeado pela <i>AES Corporation</i>, condicionado ao alcance de metas corporativas globais e individuais, composto por três tipos de ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Stock Options: o diretor estatutário recebe o direito de comprar ações da <i>AES Corporation</i>, por um determinado valor após um período de 3 anos. - Performance Stock Units: o diretor recebe um determinado número de ações da <i>AES Corporation</i>. O valor dessas ações poderão variar conforme performance do índice Standard & Poors 500 (S&P 500) da Bolsa de Nova Iorque - Restricted Stock Units: o diretor recebe as ações da <i>AES Corporation</i> (e não da Companhia) para, caso deseje, aliená-las no mercado secundário após um período de carência <p>O Diretor Presidente recebe até 24% de seu pró-labore anual em ações, sendo até 7,2% sob a forma de <i>Stock Options</i>, 12% sob a forma de <i>Performance Stock Units</i> (Ações da <i>AES Corporation</i>) e 4,8% sob a forma de <i>Restricted Stock Units</i>.</p>

	Os demais diretores (estatutários e não estatutários) recebem até 8,5% do pró-labore ou salário anual em <i>Restricted Stocks Units</i>
b) Principais objetivos do plano	Visa reforçar a retenção dos profissionais e alinhar interesses com acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo, além de contribuir para a retenção dos executivos chave.
c) Forma como o plano contribui para esses objetivos	Seu desembolso efetivo ocorre somente se os resultados globais (financeiros e performance) forem atingidos, refletidos também na variação positiva do preço da ação da <i>AES Corporation</i> , incentivando os diretores da Companhia a desempenhar suas funções de forma a permitir que referidos resultados globais sejam atingidos.
d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia	Conforme descritos itens 13.1.b, este plano complementa a remuneração total do executivo, contribuindo para a formação de visão de sustentabilidade do negócio e retenção dos executivos a longo prazo.
e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo	O plano alinha os interesses dos Administradores, Companhia e Acionistas por meio de benefícios aos administradores de acordo com a performance das ações e resultado financeiro da Companhia em médio e longo prazo. Está desenhado também para encorajar a busca de alta performance operacional e financeira a longo prazo em seus negócios em nível mundial.
f) Número máximo de ações abrangidas	O número máximo de ações varia de acordo com o valor de mercado das ações da <i>AES Corporation</i> na data da concessão e com a remuneração do diretor, sendo o número máximo limitado ao equivalente a 24% do salário anual para o Diretor Presidente e 8,5% para os demais diretores. O número de ações abrangidas pelo plano em 31 de dezembro de 2012 é 1.421. O salário ou pró-labore é usado como base de cálculo de sua remuneração em ações.
g) Número máximo de opções a serem outorgadas	O número máximo de opções a serem outorgadas é definido pela <i>AES Corporation</i> e leva em conta todas as operações da <i>AES Corporation</i> no mundo e o número de executivos elegíveis a esse tipo de remuneração.
h) Condições de aquisição de ações	<i>Stock options</i> : 1/3 das opções da <i>AES Corporation</i> outorgadas tornam-se exercíveis a cada ano em que o Diretor permanece na Companhia. <i>Restricted Stock Units</i> : após o recebimento das ações da <i>AES Corporation</i> , sua alienação só poderá ocorrer 5 anos após sua outorga. Além disso, o Diretor só

	<p>adquire de fato as ações a ele atribuídas, na proporção de 1/3 ao final de cada período de um ano de sua permanência na Companhia, e mais 2 anos de carência para exercer.</p> <p><i>Performance Stock Units:</i> após o recebimento das ações da <i>AES Corporation</i> sua alienação só poderá ocorrer após 5 anos da data de concessão. Além disso, o Diretor só adquire de fato as ações a ele atribuídas, na proporção de 1/3 ao final de cada período de um ano de sua permanência na Companhia e mais 2 anos de carência para exercer</p>
i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício	Baseado no preço de Mercado das ações da <i>AES Corporation</i> na bolsa de Nova Iorque na época da concessão.
j) Critérios para fixação do prazo de exercício	<p><i>Stock Options:</i> foco no longo prazo (3 anos) e atrelado aos interesses dos acionistas (valorização do preço da ação da <i>AES Corporation</i>).</p> <p><i>Restricted Stocks Units / Performance Stock Units:</i> foco no longo prazo (5 anos) atrelado aos resultados do negócio.</p>
k) Forma de liquidação	<p><i>Stock options:</i> em dinheiro</p> <p><i>Restricted Stock Units:</i> em ações</p> <p><i>Performance Stock Units:</i> em ações</p>
l) Restrições à transferência das ações	<p>Após o cumprimento das carências, fica a critério do executivo exercer suas opções ou negociar suas ações restritas.</p> <p><i>Restricted Stock Units:</i> após o recebimento das ações da <i>AES Corporation</i>, sua alienação só poderá ocorrer 5 anos após sua outorga.</p> <p><i>Performance Stock Units:</i> após o recebimento das ações da <i>AES Corporation</i> sua alienação só poderá ocorrer após 5 anos da data de concessão.</p>
m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano	A <i>AES Corporation</i> poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o plano ou ainda estabelecer regulamentação aos casos omissos.
n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações	<p><i>Stock Options</i> – O ex-administrador mantém o direito sobre as opções exercíveis. As opções passam a ser exercíveis na proporção de 1/3 a cada ano após a outorga. O ex-diretor terá até 180 dias a partir da data de sua saída para exercê-las; do contrário, serão automaticamente canceladas.</p> <p><i>Restricted Stocks / Performance Stock Units</i> – O ex-</p>

	diretor mantém o direito sobre as ações por ele já possuídas e poderá negociá-las após o período de carência. As ações a ele atribuídas, mas ainda não possuídas pelo fato de não ter decorrido o tempo de permanência na Companhia serão automaticamente canceladas.
--	---

O plano de remuneração baseado em ações previsto para o exercício social corrente é idêntico àquele em vigor no último exercício social, descrito na tabela acima.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Conselheiro	Conselheiro de Administração	Conselheiro Fiscal	Diretoria
AES Tietê (ON)	100	0	0
AES Tietê (PN)	110	0	1
AES Eletropaulo (ON)	0	0	0
AES Eletropaulo (PN)	0	0	1
AES ELPA (ON)	0	0	1
Brasília	0	0	0
AES Uruguaiana	4	0	1
BNDES	0	0	0

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Apesar da remuneração baseada em ações da Diretoria estatutária da Companhia ser paga pela *AES Corporation*, o custo das transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado da Companhia e estão relacionadas Baixo:

Valores expressos em R\$

2013	61.892,08
2012	39.714,11
2011	29.658,52
2010	16.983,79

2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária - Elegível a Opções de Ações	Diretoria Estatutária - Elegível a Ações Restritas
Nº de membros	-	-	1
<i>Outorga de ações / opções de compras de ações</i>			
Data de outorga	-	-	15/fev/13
Quantidade de opções / ações outorgadas	-	-	2.827
Prazo para que as opções / ações se tornem exercíveis	-	-	2018
Prazo máximo para exercício das opções / ações	-	-	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações / opções	-	Qualquer transferência de ações só poderá ocorrer após as ações concedidas se tornarem exercíveis.	
Preço médio ponderado de exercício	-	Não houve exercício de opções de ações no período	Não houve exercício de ações no período
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-	0
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	0
Valor justo das opções na data da outorga	-	-	11,17
(e) Diluição Potencial Em Caso de Exercício De Todas As Opções Outorgadas	Não aplicável, dado que as opções outorgadas referem-se a ações de emissão da AES Corporation, o que não gera diluição para a Companhia.		

2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária - Elegível a Opções de Ações	Diretoria Estatutária - Elegível a Ações Restritas
Nº de membros	-	-	1
<i>Outorga de ações / opções de compras de ações</i>			
Data de outorga	-	-	17/Fev/2012
Quantidade de opções / ações outorgadas	-	-	1.421
Prazo para que as opções / ações se tornem exercíveis	-	-	2017
Prazo máximo para exercício das opções / ações	-	-	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações / opções	-	Qualquer transferência de ações só poderá ocorrer após as ações concedidas se tornarem exercíveis.	
Preço médio ponderado de exercício	-	Não houve exercício de opções de ações no período	Não houve exercício de ações no período
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	0	0
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	0	0
Valor justo das opções na data da outorga	-	-	13,7
(e) Diluição Potencial Em Caso de Exercício De Todas As Opções Outorgadas	Não aplicável, dado que as opções outorgadas referem-se a ações de emissão da AES Corporation, o que não gera diluição para a Companhia.		

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária - Elegível a Opções de Ações	Diretoria Estatutária - Elegível a Ações Restritas
Nº de membros	-	-	1
<i>Outorga de ações / opções de compras de ações</i>			
Data de outorga	-	-	18/Fev/2011
Quantidade de opções / ações outorgadas	-	-	1.238
Prazo para que as opções / ações se tornem exercíveis	-	-	2016
Prazo máximo para exercício das opções / ações	-	-	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações / opções	-	Qualquer transferência de ações só poderá ocorrer após as ações concedidas se tornarem exercíveis.	
Preço médio ponderado de exercício	-	Não houve exercício de opções de ações no período	Não houve exercício de ações no período
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-	0
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	0
Valor justo das opções na data da outorga	-	-	12,88
(e) Diluição Potencial Em Caso de Exercício De Todas As Opções Outorgadas	Não aplicável, dado que as opções outorgadas referem-se a ações de emissão da AES Corporation, o que não gera diluição para a Companhia.		

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária - Elegível a Opções de Ações	Diretoria Estatutária - Elegível a Ações Restritas
Nº de membros	-	-	1
<i>Outorga de ações / opções de compras de ações</i>			
Data de outorga	-	-	19/Fev/2010
Quantidade de opções / ações outorgadas	-	-	840
Prazo para que as opções / ações se tornem exercíveis	-	-	2015
Prazo máximo para exercício das opções / ações	-	-	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações / opções	-	Qualquer transferência de ações só poderá ocorrer após as ações concedidas se tomarem exercíveis.	
Preço médio ponderado de exercício	-	Não houve exercício de opções de ações no período	Não houve exercício de ações no período
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-	0
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	0
Valor justo das opções na data da outorga	-	-	12,18
(e) Diluição Potencial Em Caso de Exercício De Todas As Opções Outorgadas	Não aplicável, dado que as opções outorgadas referem-se a ações de emissão da AES Corporation, o que não gera diluição para a Companhia.		

13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A AES Tietê não possui programa de opções relacionados às ações de sua emissão. O benefício é oferecido pelo controlador, a *AES Corporation*.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

A AES Tietê não possui programa de opções relacionados às ações de sua emissão. O benefício é oferecido pelo controlador, a *AES Corporation*.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2012

	Conselho de	Diretoria
Nº de membros	-	1
Opções Exercidas	-	
Número de ações	-	
Preço médio ponderado de exercício	-	
mercado das ações relativas às opções exercidas	-	
Ações Entregues	-	
Número de ações entregues	-	1.421
Preço médio ponderado de aquisição	-	13,7
mercado das ações adquiridas	-	-

* Não existe diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado, pois são concedidas sempre a preço de mercado.

** Apenas um dos Diretores Estatutários é elegível para receber *Stock Options*, os demais são elegíveis para receber *Performance Stock Units* e *Restricted Stock Units*.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	1
Opções Exercidas	-	
Número de ações	-	
Preço médio ponderado de exercício	-	
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	
Ações Entregues	-	
Número de ações entregues	-	1.238
Preço médio ponderado de aquisição	-	12,88
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

* Não existe diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado, pois são concedidas sempre a preço de mercado.

** Apenas um dos Diretores Estatutários é elegível para receber *Stock Options*, os demais são elegíveis para receber *Performance Stock Units* e *Restricted Stock Units*.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	1
Opções Exercidas	-	
Número de ações	-	
Preço médio ponderado de exercício	-	
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	
Ações Entregues	-	
Número de ações entregues	-	840
Preço médio ponderado de aquisição	-	12,18
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	

* Não existe diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado, pois são concedidas sempre a preço de mercado.

** Apenas um dos Diretores Estatutários é elegível para receber *Stock Options*, os demais são elegíveis para receber *Performance Stock Units* e *Restricted Stock Units*.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; e d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Stock Options	
a) Modelo de Precificação	Black & Scholes
b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	Taxa Livre de Risco - 1,16%
	Duração Média do programa em anos: 6
	Volatilidade Anualizada esperada: 26,29%
	Dividendos Esperados: 1,00%
	Valor justo da opção na data de outorga: USD 3,26
c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	Não aplicável
d) Forma de determinação da volatilidade esperada	O valor da volatilidade esperada é baseado na volatilidade histórica da ação da AES Corp na bolsa de Nova Iorque.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	Não aplicável
---	---------------

Restricted Stock Unit / Performance Stock Unit	
a) Modelo de Precificação	Valor da ação da AES Corp na bolsa de Nova Iorque na data de concessão.
b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	Não aplicável, dado que a Companhia utiliza a cotação da ação na bolsa de NY no dia de concessão.
c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	Não aplicável dado que a Companhia utiliza a cotação da ação na bolsa de NY no dia de concessão.
d) Forma de determinação da volatilidade esperada	Não aplicável dado que a Companhia utiliza a cotação da ação na bolsa de NY no dia de concessão.
e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	Nenhuma outra característica da ação foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações.

A Companhia possui plano de previdência privada somente para os diretores estatutários.

a. órgão

Diretoria.

b. número de membros

3 membros.

c. nome do plano

Metlife.

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Zero.

e. condições para se aposentar antecipadamente

Na ocorrência de invalidez ou morte do participante, o saldo acumulado na conta do participante será posto a disposição do participante, beneficiários e sucessores legais, sem qualquer prazo de carência, mediante solicitação devidamente instruída na Metlife e a apresentação dos documentos previstos no regulamento.

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

R\$ 391.129,00.

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

R\$ 188.799,00.

h. se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

O participante poderá, após completado o prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de registro na Metlife da proposta de inscrição solicitar o resgate total ou parcial do valor acumulado em seu nome; ou a portabilidade total ou parcial do valor acumulado em seu nome, para outra entidade de previdência complementar, aberta ou fechada.

O intervalo mínimo entre pedidos de resgate ou entre solicitações de portabilidade do mesmo participante, deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do registro do último pedido ou solicitação.

O resgate da conta instituidora básica e/ou suplementar seguirá a carência determinada pela Resolução CNSP 139 de 27 de dezembro de 2005, art. 56, § 4º, conforme segue: “Os recursos correspondentes a cada uma das contribuições das pessoas jurídicas no plano de previdência somente poderão ser resgatados após o período de carência de um ano civil completo, contado a partir do 1º dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao da contribuição.

O participante, na hipótese de perda do vínculo empregatício ou de administração com a instituidora, terá sempre direito ao valor total dos recursos acumulados na conta Participante – básica e suplementar, acrescido de um percentual do valor acumulado na Conta Empresa – Básica, calculado de acordo com a regra abaixo:

Tempo de Contribuição ao PROGRAMA	% a ser liberado sobre as CONTRIBUIÇÕES Básicas da INSTITUIDORA
Até 1 mês	0%
A Partir de 1 mês	100%

São expressamente vedados quaisquer resgates ou portabilidades para outras entidades de previdência aberta ou fechada, totais ou parciais, dos valores acumulados na conta básica instituidora, sem que antes sejam cumpridos os requisitos de *vesting*, descritos acima.

13.11. Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal (3 últimos exercícios sociais).

Conselho de Administração:

Ano	Número de Membros (média anual apurada mensalmente)	Valor da Maior Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor da Menor Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor Médio de Remuneração Individual (inclui encargos)
2012	10,75	172.800,00	158.400,00	57.600,00

Observações: (i) o Conselho de Administração não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico; (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2012; (iv) o valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (v) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano. Entretanto, o Ofício-Circular/CVM/SEP/N°03/2012 determina que seja descontado o número de membros suplentes no cálculo da remuneração mínima.;

Ano	Número de Membros (média anual apurada mensalmente)	Valor da Maior Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor da Menor Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor Médio de Remuneração Individual (inclui encargos)
2011	11,00	172.800,00	93.600,00	60.218

Observações: (i) o Conselho de Administração não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico; (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2011; (iv) o valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (v) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano. Entretanto, o Ofício-Circular/CVM/SEP/N°03/2012 determina que seja descontado o número de membros suplentes no cálculo da remuneração mínima.;

Ano	Número de Membros (média anual apurada mensalmente)	Valor da Maior Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor da Menor Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor Médio de Remuneração Individual (inclui encargos)
2010	11,00	172.800,00	172.800,00	73.309,09

Observações: (i) o Conselho de Administração não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico; (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2010; (iv) o valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (v) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes

que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano. Entretanto, o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº03/2012 determina que seja descontado o número de membros suplentes no cálculo da remuneração mínima.;

Diretoria Estatutária:

Ano	Número de Membros (média anual apurada mensalmente)	Valor da Maior Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor da Menor Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor Médio de Remuneração Individual (inclui encargos)
2012	7,50	1.530.618	319.507,43	752.968,71

Observações: (i) O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (ii) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano. Entretanto, o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº03/2012 determina que seja descontado o número de membros suplentes no cálculo da remuneração mínima.

Ano	Número de Membros (média anual apurada mensalmente)	Valor da Maior Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor da Menor Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor Médio de Remuneração Individual (inclui encargos)
2011	7,00	1.263.860	298.919,62	705.806,25

Observações: (i) O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (ii) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano. Entretanto, o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº03/2012 determina que seja descontado o número de membros suplentes no cálculo da remuneração mínima.

Ano	Número de Membros (média anual apurada mensalmente)	Valor da Maior Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor da Menor Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor Médio de Remuneração Individual (inclui encargos)
2010	7,00	1.149.634,33	326.005,29	682.152,89

Observações: (i) O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (ii) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano. Entretanto, o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº03/2012 determina que seja descontado o número de membros suplentes no cálculo da remuneração mínima.

Conselho Fiscal:

Ano	Número de Membros (média anual apurada mensalmente)	Valor da Maior Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor da Menor Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor Médio de Remuneração Individual (inclui encargos)
2012	5,00	100.800,00	96.600,00	81.240,00

Observações: (i) o Conselho Fiscal não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico.; Observações: (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2012. (iv) o valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (v) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano. Entretanto, o Ofício-Circular/CVM/SEP/N°03/2012 determina que seja descontado o número de membros suplentes no cálculo da remuneração mínima.

Ano	Número de Membros (média anual apurada mensalmente)	Valor da Maior Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor da Menor Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor Médio de Remuneração Individual (inclui encargos)
2011	5,00	100.800,00	100.800,00	83.160,00

Observações: (i) o Conselho Fiscal não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico.; Observações: (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2011. (iv) o valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (v) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano. Entretanto, o Ofício-Circular/CVM/SEP/N°03/2012 determina que seja descontado o número de membros suplentes no cálculo da remuneração mínima.

Ano	Número de Membros (média anual apurada mensalmente)	Valor da Maior Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor da Menor Remuneração Individual (inclui encargos)	Valor Médio de Remuneração Individual (inclui encargos)
2010	5,00	107.361,60	100.800,00	84.544,32

Observações: (i) o Conselho Fiscal não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico.; Observações: (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2010. (iv) o valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (v) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano. Entretanto, o Ofício-Circular/CVM/SEP/N°03/2012 determina que seja descontado o número de membros suplentes no cálculo da remuneração mínima.

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para a Companhia).

Em caso de rescisão imotivada (por iniciativa da Companhia), o diretor estatutário terá direito ao pagamento de indenização equivalente a 6 vezes o valor de sua retirada mensal deduzindo os impostos retidos na fonte e INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Os arranjos contratuais da Companhia e apólices de seguro não prevêm mecanismos de remuneração ou indenização para casos de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

<i>Órgão</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
<i>Conselho de Administração</i>	<i>21%</i>	<i>26%</i>	<i>28%</i>
<i>Diretoria Estatutária</i>	<i>30%</i>	<i>28%</i>	<i>27%</i>
<i>Conselho Fiscal</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Remuneração desvinculada ao exercício de função na Companhia:

A política de remuneração para o conselho de administração da Companhia acordada pelos controladores determina que somente fossem remunerados aqueles conselheiros que não fossem membros da diretoria estatutária ou não estatutária de qualquer uma das empresas do grupo de tais controladores.

Não obstante, o conselho de administração da Companhia recebeu R\$ 23,2 milhões de sua controladora indireta, *AES Corporation* em 2012. Este valor foi recebido por alguns dos membros do conselho de administração da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na *AES Corporation*, portanto, esta remuneração está desvinculada ao exercício da função de conselheiro de administração da Companhia.

Adicionalmente aos valores pagos pela *AES Corporation*, o conselho de administração da Companhia recebeu, em 2012, R\$ 0,37 milhão da sociedade sob controle comum AES Eletropaulo (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.). Este valor foi recebido por alguns dos membros do conselho de administração da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções nessa companhia. Portanto, esta remuneração está desvinculada ao exercício da função de conselheiro de administração da Companhia.

A diretoria estatutária da Companhia recebeu, em 2012, R\$ 9,5 milhões das seguintes sociedades sob controle comum: AES Eletropaulo (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.), AES Sul (AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.) e AES Uruguaiana (AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.). Este valor foi recebido por alguns dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções em cada uma destas companhias. Portanto, esta remuneração está desvinculada ao exercício da função de conselheiro de administração da Companhia.

O conselho fiscal da Companhia recebeu, em 2012, R\$ 0,09 milhão das seguintes sociedades sob controle comum: AES Eletropaulo e AES Elpa.

Remuneração recebida em função de exercício de cargo na Companhia:

A *AES Corporation* concede opções de ações à alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais. Nos termos dos planos, a *AES Corporation* pode emitir opções de compra de ações da própria *AES Corporation* a seus colaboradores, a um preço igual a 10% do preço de mercado na data da outorga da opção. No caso da Companhia, apenas seus diretores recebem referidas opções como parte de sua remuneração variável. Estas opções de ações são geralmente concedidas com base em um percentual da remuneração base do colaborador. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos. Em todas as circunstâncias, as opções de ações concedidas pela *AES Corporation* não dão direito ao seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou através de outros ativos da *AES Corporation*.

AES Corporation concede também aos colaboradores um plano de remuneração de ações restritas. Estas ações restritas são geralmente concedidas com base em um percentual do salário do colaborador. No caso da Companhia, apenas seus diretores recebem referida remuneração variável. Estas opções de ações restritas devem ser mantidas pelo colaborador por dois anos, após este prazo esta opção pode ser trocada por ações da *AES Corporation*. O valor justo das ações é estimado na data de concessão, sendo o valor justo igual ao preço de fechamento das ações da *AES Corporation*.

Exercício social 2012 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<i>Controladores diretos e indiretos</i>	-	R\$39.714,11	-	R\$39.714,11

<i>Controladas do emissor</i>	-	-	-	-
<i>Sociedades sob controle comum</i>	-	-	-	-

Exercício social 2011 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<i>Controladores diretos e indiretos</i>	-	R\$ 29.658,52	-	R\$ 29.658,52
<i>Controladas do emissor</i>	-	-	-	-
<i>Sociedades sob controle comum</i>	-	-	-	-

Exercício social 2010 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<i>Controladores diretos e indiretos</i>	-	R\$16 .093,79	-	R\$1 6.093,79
<i>Controladas do emissor</i>	-	-	-	-
<i>Sociedades sob controle comum</i>	-	-	-	-

Exercício social 2012 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos - AES Corporation	R\$23.224.273*	-	-	R\$ 23.224.273
Controladas do emissor	-	-	-	-

Sociedades sob controle comum – AES Eletropaulo	R\$369.000**	R\$7.881.949***	R\$12.000****	R\$ 8.262.949
Sociedades sob controle comum - AES Sul	-	R\$1.103.373*****	-	R\$ 1.103.373
Sociedades sob controle comum – AES Uruguaiana	-	R\$514.947*****	-	R\$ 514.947
Sociedades sob controle comum – AES Brasileira	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum – AES ELPA	-	-	R\$79.200*****	R\$ 79.200

* valor recebido por alguns dos membros do conselho de administração da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Corporation.

** valor recebido por alguns dos membros do conselho de administração da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Eletropaulo.

*** valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Eletropaulo.

**** valor recebido por alguns dos membros do Conselho Fiscal da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Eletropaulo.

***** valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“AES Sul”).

***** valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“AES Uruguaiana”).

***** valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Elpa S/A. (“AES Elpa”).

Exercício social 2011 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos – AES Corporation	R\$21.912.432*	-	-	R\$ 21.912.432
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum – AES Eletropaulo	R\$360.000**	R\$6.660.273***	-	R\$ 7.020.273
Sociedades sob controle comum - AES Sul	-	R\$547.870****	-	R\$ 547.870
Sociedades sob controle comum – AES Uruguaiana	-	R\$626.928*****	-	R\$ 626.928
Sociedades sob controle comum – AES Brasileira	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum – AES ELPA	-	-	-	-

* valor recebido por alguns dos membros do conselho de administração da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Corporation.

** valor recebido por alguns dos membros do conselho de administração da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Eletropaulo.

*** valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Eletropaulo.

****valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“AES Sul”).

***** valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“AES Uruguaiana”).

Exercício social 2010 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos - AES Corporation	R\$28.360.895*	-	-	R\$ 28.360.895
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum – AES Eletropaulo	R\$117.000**	R\$6.339.137***	-	R\$ 6.456.137
Sociedades sob controle comum - AES Sul	-	R\$393.498****	-	R\$ 393.498
Sociedades sob controle comum – AES Uruguaiana	-	R\$592.160*****	-	R\$ 592.160
Sociedades sob controle comum – AES Brasileira	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum – AES ELPA	-	-	-	-

* valor recebido por alguns dos membros do conselho de administração da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Corporation.

** valor recebido por alguns dos membros do conselho de administração da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Eletropaulo.

*** valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Eletropaulo.

****valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“AES Sul”).

***** valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia como remuneração pelo exercício de suas funções na AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“AES Uruguaiana”).

13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes.

Nos valores constantes do subitem “Remuneração baseada em ações”, estão inclusos os diretores estatutários da Companhia. Nesta transação, a Companhia não efetuou qualquer tipo de desembolso de caixa, visto que estes instrumentos patrimoniais são concedidos diretamente pela AES Corporation aos administradores da Companhia.

Os valores contidos na nota explicativa 30.2 e 38 das demonstrações financeiras da companhia considera não somente a remuneração baseada em ações dos diretores estatutários como também inclui a remuneração baseada em ações dos Diretores não estatutários, por este motivo, os valores do formulário de referência e das demonstrações financeiras não são compatíveis.

O valor de Benefícios de curto prazo que consta de suas demonstrações financeiras pode ser obtido por meio da soma das linhas “Remuneração fixa anual”, “Outros (Encargos)” e “Bônus” da coluna “Conselho de Administração” e “Diretoria Estatutária” das tabelas constantes do item 13.2 deste formulário.

Nas tabelas do item 13.2, os valores que constam na linha “Remuneração baseada em ações”, se referem a pagamento feito diretamente pela AES Corporation, não havendo desembolso local, desta forma deve-se subtrair este valor do total para que se obtenha o valor pago no Brasil e possa ser feita comparação com o aprovado em AGE. Com relação à tabela do ano de 2009, a remuneração total considera uma verba de rescisão da Diretoria Estatutária não prevista na remuneração deliberada em AGEO, mas que consta da nota explicativa nº 33 da demonstração financeira de 2010 da Companhia.

Adicionalmente, a diferença entre a remuneração total do Conselho Fiscal e as remunerações previstas em AGEs, ocorre devido à ausência de alguns conselheiros em determinadas reuniões e sua substituição pelo suplente. Considerando que o suplente recebe 50% da remuneração do efetivo em caso de comparecimento em reunião (deixando o efetivo com o 50% restante), esse fato acaba gerando essa discrepância.

Referente ao item 13.6

Nos valores constantes deste item estão inclusos os diretores estatutários da Companhia. Nesta transação, a Companhia não efetuou qualquer tipo de desembolso de caixa, visto que estes instrumentos patrimoniais são concedidos diretamente pela *AES Corporation* aos administradores da Companhia.

Os valores contidos na nota explicativa 38 das demonstrações financeiras da companhia consideram não somente a remuneração baseada em ações dos diretores estatutários como também inclui a remuneração baseada em ações dos Diretores não estatutários, por este motivo, os valores do formulário de referência e das demonstrações financeiras não são compatíveis.